



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2008

**I – DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA****1. Nome oficial do órgão**

Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe – TRE-SE

2. CNPJ

06.015.356/0001-85

3. Natureza Jurídica

Administração Direta / Órgão do Poder Judiciário Federal / Justiça Eleitoral

4. Vinculação ministerial

União / Justiça Eleitoral

5. Endereço da sedeCentro Administrativo Governador Augusto Franco – CENAF, Variante 2, Lote 7 – Bairro América – Aracaju/SE – CEP 49081-000. Fones: (79) 2106-8676/2106-8677/2106-8678 – Fax: (79) 2106-8661**6. Endereço da página institucional na Internet**www.tre-se.gov.br**7. Código e nome do órgão, das unidades gestoras e gestões utilizados no SIAFI**

CÓDIGO	NOME
070012	Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
070056	Coordenadoria de Controle Interno – TRE/SE

8. Norma(s) de criação e finalidade da unidade jurisdicionada

Normas: Constituição Federal e a Lei 4.737/65 (Código Eleitoral)

Finalidade: Assegurar a organização e o exercício de direitos políticos

9. Norma(s) que estabelece(m) a estrutura orgânica no período de gestão sob exame

Resolução TRE/SE 168/06 (vigente a partir de 6/12/06) – Regimento Interno da Secretaria do Tribunal

Resolução TRE/SE 215/00 – Criação do Centro de Memória Eleitoral

Resolução TRE/SE 155/99 – Regimento Interno do Tribunal

Regimento da Corregedoria Regional Eleitoral de 14/10/99

10. Publicação na Imprensa Oficial do Regimento Interno

Resolução TRE/SE 155/99 – Regimento Interno do Tribunal – publicada no Diário de Justiça do Estado em 29/11/99

Resolução TRE/SE 168/06 – Regimento Interno da Secretaria do Tribunal – publicada no Diário de Justiça do Estado em 13/12/06

Regimento da Corregedoria Regional Eleitoral – publicado no Diário de Justiça do Estado em 18/10/99



11. Função de governo predominante

Judiciária

12. Tipo de atividade

Gestão do Processo Eleitoral

13. Situação da unidade

Em funcionamento

II- ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: 070012 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE		ORDENADOR DE DESPESAS		
AGENTE RESPONSÁVEL				
NOME	JOSE ALVES NETO			
CPF	005.039.755-91			
CARGO	PRESIDENTE			
ATO DE DESIGNAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 04/12/2007			
ATO DE EXONERAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 14/01/2008			
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA PORTO DA FOLHA, 2591, B. SUISSA - ARACAJU-SE, CEP: 49050-640			
ENDEREÇO ELETRÔNICO	presidencia@tre-se.gov.br			
PERÍODO DA GESTÃO	ATO DESIGNAÇÃO	INÍCIO	FIM	
	Regimento Interno do TRE/SE (art. 17, inciso XVIII)	01Jan2008	14Jan2008	
AGENTE RESPONSÁVEL				
NOME	CLÁUDIO DINART DEDA CHAGAS			
CPF	067.974.235-20			
CARGO	PRESIDENTE			
ATO DE DESIGNAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 14/01/2008			
ENDEREÇO RESIDENCIAL	R. ARICIO GUIMARÃES FORTES, 819, BAIRRO ATALAIA - ARACAJU/SE - CEP 49060-037			
ENDEREÇO ELETRÔNICO	presidencia@tre-se.gov.br			
PERÍODO DA GESTÃO	ATO DESIGNAÇÃO	INÍCIO	FIM	
	Regimento Interno do TRE/SE (art. 17, inciso XVIII)	15Jan2008	31Dez2008	
AGENTE RESPONSÁVEL - SUBSTITUTO				
NOME	JOSE ALVES NETO			
CPF	005.039.755-91			
CARGO	VICE-PRESIDENTE			
ATO DE DESIGNAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 14/01/2008			
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA PORTO DA FOLHA, 2591, B. SUISSA -			

1



		ARACAJU-SE, CEP: 49015-120	
ENDEREÇO ELETRÔNICO	cre@tre-se.gov.br		
PERÍODO DA GESTÃO	ATO DESIGNAÇÃO	INÍCIO	FIM
	Regimento Interno do TRE/SE (art. 19, inciso I)	27Mar2008	28Mar2008
		10Abr2008	11Abr2008
		01Jun2008	17Jun2008
		23Jun2008	25Jun2008
		01Jul2008	07Jul2008
		13Ago2008	17Ago2008
		25Ago2008	25Ago2008
		10Set2008	13Set2008
		13Out2008	19Out2008
		21Out2008	31Out2008
		01Nov2008	02Nov2008
		04Nov2008	09Nov2008
04Dez2008	05Dez2008		
AGENTE RESPONSÁVEL - INTERINO			
NOME	ROBERTO EUGENIO DA FONSECA PORTO		
CPF	120.159.705-68		
CARGO	MEMBRO SUPLENTE - CLASSE DESEMBARGADOR		
ATO DE DESIGNAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 07/03/2007		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	AV. BEIRA MAR, 876, APT 1.501 - BAIRRO TREZE DE JULHO - ARACAJU - CEP 49.020-010		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	presidencia@tre-se.gov.br		
PERÍODO DA GESTÃO	ATO DESIGNAÇÃO	INÍCIO	FIM
	Regimento Interno do TRE/SE (art. 7º, § 3º)	18Jun2008	18Jun2008
		26Jun2008	27Jun2008
		20Out2008	20Out2008
AGENTE RESPONSÁVEL - INTERINO			
NOME	IOLANDA SANTOS GUIMARÃES		
CPF	235.561.375-35		
CARGO	MEMBRO - CLASSE MAGISTRADO		
ATO DE DESIGNAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 20/11/2006		
ATO DE EXONERAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 20/11/2008		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	AV. PROF. ANTÔNIO FAGUNDES DE MELO, 157 - BAIRRO TREZE DE JULHO - ARACAJU - CEP 49.020-700		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	presidencia@tre-se.gov.br		
PERÍODO DA GESTÃO	ATO DESIGNAÇÃO	INÍCIO	FIM
	Regimento Interno do TRE/SE (art. 7º, § 3º)	19Jun2008	20Jun2008
AGENTE RESPONSÁVEL - INTERINO			
NOME	MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA		
CPF	038.681.335-34		
CARGO	MEMBRO - CLASSE DESEMBARGADOR		

Handwritten signature



ATO DE DESIGNAÇÃO	CI 82/08-PRESIDÊNCIA		
ATO DE EXONERAÇÃO	CI 82/08-PRESIDÊNCIA		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	AV.BEIRA MAR, 1334, AP.1101, BAIRRO 13 DE JULHO, CEP 49.020-010 – ARACAJU-SE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	presidencia@tre-se.gov.br		
PERÍODO DA GESTÃO	ATO DESIGNAÇÃO	INÍCIO	FIM
	Regimento Interno do TRE/SE (art. 7º, § 3º)	03Nov2008	03Nov2008

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100



III – OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS

1. IDENTIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES ADMINISTRATIVAS

PROGRAMA: 0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.122.0570.2272.0001 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Tipo da Ação: Atividade

Objetivo Geral: Gerenciar os recursos empregados no desenvolvimento da atividade finalística dos órgãos da Justiça Eleitoral, contemplando a remuneração da força de trabalho, deslocamento dos servidores, remuneração dos serviços e aquisição de máquinas e equipamentos.

Objetivo Específico: Satisfazer as despesas com pessoal e encargos sociais, com a manutenção dos serviços básicos, manutenção predial e de móveis, deslocamento de servidores (exceto para treinamento) e aquisição de material permanente.

Meta Financeira:

LOA	LOA +CRED	EXECUTADA
27.738.634,00	33.818.524,00	33.718.516,00 (*)

Observação: (*) Na despesa executada estão incluídos "Restos a Pagar".

Indicador de desempenho:

Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado (LOA+CRED)}} = 99,70\%$

Avaliação do resultado:

Da dotação autorizada foi descentralizado, através de provisão para o TSE, o montante de R\$2.490,77, referente à transferência de linha de comunicação de dados de Cartório Eleitoral do Interior em razão de alteração de endereço. Registre-se que o contrato referente a este serviço está sob a responsabilidade do TSE, cabendo aos Regionais a descentralização do valor correspondente para realização da transferência da linha de comunicação de dados.

Nesta dotação também houve remanejamento no valor de R\$165.900,00 correspondente à fonte oferecida para suplementar a Ação de Capacitação de Recursos Humanos.

A despesa realizada com a **Gestão e Administração do Programa**, atendeu às necessidades de manutenção e funcionamento do Órgão, nos itens de pessoal e encargos, custeio e investimento, incluindo-se despesa com pessoal referente ao impacto do Plano de Cargos e Salários (Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006) e pagamento de parte do passivo referente aos juros da URV (11,98%).

Algumas ações estratégicas previstas à época da elaboração da proposta 2008 foram suprimidas para ajuste ao limite determinado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, como: Dinamização do CEMEL e Recuperação da História da Justiça Eleitoral em Sergipe.

Outras realizações não previstas na proposta, por sua vez, foram concretizadas no decorrer do exercício, como elaboração dos projetos de



acessibilidade para a sede e Cartórios Eleitorais da Capital e implantação de sistema de projeção de vídeo no plenário da Sede.

Enfatizamos, ainda, que este Tribunal realizou as seguintes ações que contribuíram para o fortalecimento da missão social da Justiça Eleitoral:

- Projeto Eleitor do Futuro, que abrangeu 26 Municípios do Estado, envolvendo aproximadamente 13 mil estudantes da rede estadual de ensino.
- Programa de educação ambiental do TRE/SE, denominado Programa Nosso Ambiente, que realizou, no âmbito institucional, ações educativas visando à preservação do meio ambiente e à utilização racional dos recursos materiais.
- Projeto "Você é a Justiça Eleitoral", que teve por objetivo informar aos cidadãos os principais aspectos do processo eleitoral e do regime de representação política, enfatizando a importância da participação do eleitor nas atividades eleitorais e da prática do voto livre e consciente como instrumento de transformação social.
- Projeto Mesário: um Cidadão Especial, que visa mobilizar os eleitores para o exercício voluntário das atividades de mesário, foi contemplado com a celebração de Convênio entre este Tribunal e a Universidade Tiradentes. Tal ação possibilitou a conversão de horas trabalhadas pelos universitários para a Justiça Eleitoral em horas de atividades de extensão.

Quanto à aquisição de equipamentos e materiais permanentes, pretendeu-se dotar a Secretaria e os Cartórios Eleitorais dos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades específicas e das ações estratégicas. Destacamos algumas aquisições:

- 1 Móveis e equipamentos para a sede, tais como, estações de trabalho, painéis em acrílico e puffs para o Centro de Memória Eleitoral, *scanner*, sistema de alarme e máquina perfuradora de papel;
- 2 Móveis, equipamentos e eletrodomésticos para os Cartórios Eleitorais: armários, gaveteiros, estantes, cadeiras, bebedouros, extintores de incêndio, dispensadores manuais de senhas, fogões e geladeiras;
- 3 Equipamentos de processamento de dados, tais como, hub, monitores, microcomputadores e servidor de rede e outros;
- 4 Aparelhos e equipamentos médicos e odontológicos, tais como, aparelho desfibrilador, maca hospitalar e outros.

Verificando-se o percentual de execução orçamentária e o elenco de realizações citadas conclui-se que a Administração executou bem o orçamento que se propôs para esta ação.



PROGRAMA: 0570 - GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.122.0570.09HB.0028 - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DE SERGIPE

Tipo da Ação: Operações especiais

Objetivo Geral: Garantir a contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei 10.887, de 18 de junho de 2004.

Objetivo Específico: Pagar as contribuições patronais para custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.

Meta Financeira:

LOA	LOA +CRED	EXECUTADA
3.668.207,00	4.443.274,00	4.385.055,00

Indicador de desempenho:

Índice de utilização orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado (LOA+CRÉDITO)}} = 98,69\%$

Avaliação do resultado:

No tocante à **Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos**, a respectiva despesa atendeu às necessidades a que se destinava.

Importa observar que a programação orçamentária desta ação é realizada pelo TSE baseada na informação de quantitativos físicos de pessoal fornecida por este Regional, que não possui competência para efetuar o remanejamento das sobras orçamentárias.

PROGRAMA: 0570 - GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.128.0570.4091.0001 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

Tipo da Ação: Atividade

Objetivo Geral: Oferecer aos servidores e demais agentes vinculados cursos, treinamentos, palestras, exposições, congressos e outros eventos voltados para a capacitação técnica e assimilação de conhecimentos com vistas ao desempenho de suas atividades, bem como o auxílio-bolsa de estudos de graduação e pós-graduação.

Objetivo específico: Fomentar a qualificação da força de trabalho da Justiça Eleitoral por meio de treinamentos e custeio de bolsas-de-estudo para cursos de graduação e pós-graduação, todos em áreas de interesse do Tribunal.

[Handwritten signature]



Produto: Servidor capacitado

Unidade de Medida: Unidade

Meta Física:

LOA	LOA +CRED	EXECUTADA
264	297	231 (*)

Observação: (*) Considerados quantitativos de servidores treinados decorrente dos empenhos inscritos em restos a pagar.

Meta Financeira:

LOA	LOA +CRED	EXECUTADA
215.000,00	250.140,00	221.428,00 (**)

Observação: (**) Na despesa executada estão incluídos "Restos a Pagar".

Indicadores de Desempenho:

Índice de Realização da Meta Física = $\frac{\text{Meta física executada} \times 100}{\text{Meta física autorizada}} = 77,78\%$

Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}} = 88,52\%$

Avaliação do resultado:

A despesa realizada com a **Capacitação de Recursos Humanos** atendeu às necessidades de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores da Secretaria e dos Cartórios Eleitorais, tendo abrangido diversas áreas do saber relacionadas à atuação funcional, nas áreas meio e fim.

A despesa contemplou o auxílio-bolsa concedido aos servidores inscritos em cursos de graduação e pós-graduação.

Com a realização de treinamentos na sede, os recursos foram otimizados e assim houve condições de capacitar um número maior de servidores a um custo menor que o previsto.

Vale salientar que a unidade da meta física é "servidor capacitado", representando o somatório de servidores capacitados a cada treinamento realizado. Ou seja, para cada servidor, constará no somatório da meta física tantos treinamentos quantos este participe.

Quanto à execução da meta física (servidores capacitados), é mister esclarecer a diferença entre a meta atualizada e a realizada: esta não pôde ser atingida pelo fato de ter sido ano eleitoral, o que dificulta o afastamento dos servidores das Unidades e dos Cartórios Eleitorais, e, também, pelo atraso no cronograma de nomeação dos 44 novos servidores (entre outubro e novembro), sem tempo hábil para a execução de treinamentos específicos, conforme o planejado.

Como forma de evitar a repetição da situação ora apresentada, serão tomadas providências no sentido de programar a realização da maioria dos treinamentos para o primeiro quadrimestre, nos anos em que ocorrerem eleições.



Destacamos os seguintes treinamentos:

- Área de Informática: Curso Aplicativos BrOffice, Curso Análise Projetos Orientado a Objetos Usando UML 900-226), Curso APL10g-Oracle Database 10g Advance PL/SQL, Training Program: Arquitetura de Informação em Projetos Web.
- Área Administrativa: Curso Integ. De Exec. Orçam, Fin. E Contábil no Serv. Púb. - sob a Égide da LRF, Curso de Administração Patrimonial com ênfase nos Indicadores Gerenciais de Patrimônio, Curso de Capacitação para Auxiliares de Bibliotecas, Tomada e Prestação de Contas Anuais Sob a ótica do TCU, Curso 3º Módulo do Sistema ALEPH-Circulação, Cálculo, Alterações e Revisões de Proventos de Aposentadoria e Pensões do Servidor Público e dos benefícios, Gestão e Organização de Almoxarifado na Administração Pública, Curso Integrado de Gerenciamento de Sistema de Registro de Preços e Elaboração de Termos de Referência, V Semana de Administração Orçamentária e Financeira e de Contratações Públicas, Tomadas de Contas Especial, Curso de Legislação de Pessoal – Lei 8.112/90, Curso de Gestão de Terceirização, Curso Contratação de Obras e Serviços de Engenharia pela Administração Pública - Aspectos Técnicos e Jurídicos, Curso Análise de Processos Aplicada a Auditoria e aos Controles Internos, Curso Gestão de Convênios e suas Mudanças com o Novo Decreto nº 6.170/07, Penalidades na Administração Pública, VI Congresso Intern. De Odontologia Estética, "Como Gerenciar Contratos Administrativos e Fiscalizar Obras e Serviços de Engenharia", Capacitação Gerencial para o Novo Perfil da Administração Pública.
- Área Jurídica: Curso de Direito Eleitoral.
- Outros: II Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, Simpósio de Licitações para Obras e serviços de engenharia, Seminário das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada, XVII Congresso Brasileiro de Perícia Médica-Curso Pré-Congresso – atualização em Avaliação da Incapacidade: DORT/Reumatologia, Doenças Psiquiátricas, II Congresso Brasileiro de Direito Constitucional.

PROGRAMA: 0570 - GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.365.0570.2010.0001 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS
DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Tipo da Ação: Atividade

Objetivo Geral: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93, alterado pela Emenda Constitucional 53 de 20/12/06.



Objetivo específico: Conceder o benefício aos dependentes dos servidores com idade inferior a 6 anos, a fim de cumprir a Resolução TSE 21.874/04, alterada pela Emenda Constitucional 53 de 20/12/06.

Produto: Criança atendida

Unidade de Medida: Criança

Meta Física:

LOA	LOA +CRED	EXECUTADA
63	63	62

Meta Financeira:

LOA	LOA +CRED	EXECUTADA
238.051,00	265.695,00	235.185,00

Indicadores de Desempenho:

Índice de Realização da Meta Física = $\frac{\text{Meta física executada} \times 100}{\text{Meta física autorizada}} = 98,41\%$

Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}} = 88,52\%$

Avaliação do resultado:

A despesa realizada com **Assistência Pré-escolar** atendeu aos servidores com dependentes em idade inferior a 6 anos.

Ademais, a programação orçamentária das ações relativas aos benefícios (tanto proposta orçamentária como créditos adicionais) é realizada pelo TSE baseada na informação de quantitativos físicos de pessoal fornecida por este Regional, que não possui competência para efetuar o remanejamento das sobras orçamentárias.

PROGRAMA: 0570 - GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.306.0570.2012.0001 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Tipo da Ação: Atividade

Objetivo Geral: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia e em caráter indenizatório, aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 8.460/92 com redação dada pela Lei 9.527/97.

Objetivo Específico: Conceder o auxílio-alimentação aos servidores da Justiça Eleitoral do Estado, conforme a Resolução TSE 22.071/05.

Produto: Servidor beneficiado

Unidade de Medida: Unidade

Carolina

**Meta Física:**

LOA	LOA +CRED	EXECUTADA
221	221	222

Meta Financeira:

LOA	LOA +CRED	EXECUTADA
1.330.241,00	1.330.241,00	1.286.129,00

Indicador de Desempenho:

Índice de Realização da Meta Física = $\frac{\text{Meta física executada} \times 100}{\text{Meta física autorizada}} = 100\%$

Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}} = 96,68\%$

Avaliação do Resultado:

Com referência ao **Auxílio-Alimentação**, a despesa atendeu à concessão do referido benefício aos servidores.

Ademais, a programação orçamentária (tanto proposta orçamentária como créditos adicionais) das ações relativas aos benefícios é realizada pelo TSE baseada na informação de quantitativos físicos de pessoal fornecida por este Regional que não possui competência para efetuar o remanejamento das sobras orçamentárias.

PROGRAMA: 0570 - GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.331.0570.2011.0001 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Tipo da Ação: Atividade

Objetivo Geral: Custear, parcialmente, as despesas realizadas com transporte coletivo pelos servidores nos deslocamentos de suas residências para o local de trabalho e vice-versa.

Objetivo Específico: Conceder auxílio-transporte aos servidores da Secretaria do Tribunal e das Zonas Eleitorais, conforme a Resolução TSE 20.430/99.

Produto: Servidor beneficiado

Unidade de Medida: Unidade

Meta Física:

LOA	LOA +CRED	EXECUTADA
01	64	19

Meta Financeira:

LOA	LOA +CRED	EXECUTADA
2.350,00	132.789,00	64.414,00

[Handwritten signature]



Indicador de Desempenho:

Índice de Realização da Meta Física = $\frac{\text{Meta física executada} \times 100}{\text{Meta física autorizada}} = 29,68\%$

Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}} = 48,51\%$

Avaliação do Resultado:

Na elaboração da proposta 2008, em abril de 2007, a meta executada era de somente 1(um) servidor, o que motivou o lançamento inicial. No decorrer daquele exercício, novas adesões ao benefício foram requeridas, chegando ao seu término com um total de 19 servidores beneficiados.

A meta física adicional de 64 beneficiados foi lançada pela Setorial quando da solicitação de crédito suplementar (Lei 11.823/08) para atendimento aos beneficiários existentes e ao provimento de 44 novos servidores, previsto para ocorrer no período entre setembro e novembro. A projeção enviada por este TRE, entretanto, limitou-se a um acréscimo de 13 novos beneficiados. Como observa-se, nenhum dos novos servidores empossados requereu o benefício.

PROGRAMA: 0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.301.0570.2004.0001 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

Tipo da Ação: Atividade

Objetivo Geral: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para a manutenção da saúde física e mental.

Objetivo Específico: Conceder o benefício da assistência médico-hospitalar e da odontológica aos servidores e empregados ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

Produto: Servidor beneficiado

Unidade de Medida: Unidade

Meta Física:

LOA	LOA +CRED	EXECUTADA
498	514	514

Meta Financeira:

LOA	LOA +CRED	EXECUTADA
729.072,00	904.425,00	891.347,00

Indicadores de Desempenho:

Índice de Realização da Meta Física = $\frac{\text{Meta física executada} \times 100}{\text{Meta física autorizada}} = 100\%$

S. Maria



Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}} = 98,55\%$

Avaliação do resultado:

A **Assistência Médica e Odontológica** atendeu à manutenção e funcionamento de 2(dois) gabinetes médicos e 1(um) odontológico, à contratação de planos de saúde médico e odontológico, assegurando atendimento de qualidade aos servidores e dependentes. Foi dada continuidade ao serviço de massagem e ginástica laboral para os servidores lotados na capital, como recurso primordial na prevenção de doenças e promoção da saúde integral. O acréscimo das metas física e financeira foi proposto para atender aos novos provimentos, decorrentes de concurso público realizado e promover realinhamento da cota de participação dos beneficiários no custeio dos planos de saúde. Os novos provimentos ocorreram durante o período de setembro a novembro do exercício em tela, ocasionando o alcance da meta física.

PROGRAMA: 0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.122.0570.5439.0665 - CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS -
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Tipo da Ação: Projeto

Objetivo Geral: Dotar a Justiça Eleitoral, em todos os níveis de jurisdição, de infraestrutura condizente com a execução de suas atribuições jurisdicionais e administrativas.

Objetivo Específico: Oferecer infra-estrutura imobiliária adequada ao atendimento de eleitores.

Produto: Cartório construído

Unidade de Medida: Cartório construído

Meta Física:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
1	1	0

Meta Financeira:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
300.000,00	330.000,00	329.486,00 (*)

Observação: (*) A despesa executada corresponde ao valor inscrito em "Restos a Pagar".

Indicador de Desempenho:

Índice de Realização de Meta Física = $\frac{\text{Meta Física Executada} \times 100}{\text{Meta Física Autorizada}} = 0\%$

Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}} = 99,84\%$

Handwritten signature

**Avaliação do resultado:**

Não houve execução da meta física em 2008, considerando que a licitação ocorreu em 30/12/08. O início da obra está previsto para janeiro/09 e o término para novembro/09.

O fato de a licitação da obra ter sido finalizada apenas no dia 30/12 se deu, entre outros, em função dos seguintes fatores:

1 - indefinição quanto à forma de contratação dos projetos arquitetônico e complementares, que durou mais de quatro meses (início de março a meados de julho), principalmente quanto à contratação por licitação ou inexigibilidade dos projetos arquitetônicos e da necessidade de existência ou não de terrenos para que o procedimento - de licitação ou inexigibilidade - fosse iniciado;

2 - a licitação dos projetos complementares foi iniciada apenas no segundo semestre, e levou mais de dois meses entre seu início e homologação (final de julho a início de outubro);

3 - atraso na entrega dos projetos complementares pela empresa contratada (prazo para entrega 24/11/08, entrega em 5/12/08);

4 - processo de licitação da obra (após a entrega dos projetos complementares), que foi instaurado no dia 5/12/08 e homologado em 30/12/08.

Além disso, é mister citar que as providências quanto às doações dos terrenos foram tomadas antecipadamente - por meio de ofício junto aos entes municipais no final do exercício de 2007 - e a legalização dos mesmos, quando houve doação, se deu até o final de julho de 2008.

Como forma de evitar a repetição da situação ora apresentada, tomaremos as seguintes medidas:

1 - condicionar a inclusão dos recursos na Proposta Orçamentária à efetivação da respectiva doação/aquisição do terreno.

2 - implementar um planejamento para os procedimentos licitatórios, através da elaboração e acompanhamento de cronograma para a realização das licitações em tempo hábil, a fim de que a liquidação e o pagamento ocorram no próprio exercício, evitando-se a inscrição em restos a pagar.

PROGRAMA: 0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.122.0570.5439.0827 - CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS -
MUNICÍPIO DE LAGARTO

Tipo da Ação: Projeto

Objetivo Geral: Dotar a Justiça Eleitoral, em todos os níveis de jurisdição, de infraestrutura condizente com a execução de suas atribuições jurisdicionais e administrativas.



Objetivo Específico: Oferecer infra-estrutura imobiliária adequada ao atendimento de eleitores.

Produto: Cartório construído

Unidade de Medida: Cartório construído

Meta Física:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
1	1	0

Meta Financeira:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
300.000,00	330.000,00	0

Indicador de Desempenho:

Índice de Realização de Meta Física = $\frac{\text{Meta Física Executada} \times 100}{\text{Meta Física Autorizada}} = 0\%$

Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}} = 0\%$

Avaliação do resultado:

Em observância ao Plano Plurianual 2008-2011 a construção do **Cartório Eleitoral de Lagarto** ocorreria em 2008. Para tanto, foi expedido ofício à chefia do Poder Executivo Municipal solicitando a doação de terreno, que, no entanto, apresentou resposta negativa ao pleito.

Tendo em vista que o cronograma do exercício 2009 previa a construção do Cartório Eleitoral de Umbaúba e que a doação do terreno fora efetivada mediante Decreto Municipal 210/08, de 10 de junho de 2008, foi alterado o localizador na ação "Construção de Cartórios Eleitorais", transferindo-se a dotação do município de Lagarto para o município de Umbaúba.

Como forma de inibir tais ocorrências, serão adotadas providências junto aos entes municipais ou estadual, ainda no exercício anterior à elaboração da proposta orçamentária, para a doação de terrenos destinados à construção de cartórios, condicionando a inclusão dos recursos na Proposta Orçamentária à efetivação da respectiva doação.

PROGRAMA: 0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.122.0570.5439.1255 - CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS - MUNICÍPIO DE TOBIAS BARRETO

Tipo da Ação: Projeto

Objetivo Geral: Dotar a Justiça Eleitoral, em todos os níveis de jurisdição, de infra-estrutura condizente com a execução de suas atribuições jurisdicionais e administrativas.



Objetivo Específico: Oferecer infra-estrutura imobiliária adequada ao atendimento de eleitores.

Produto: Cartório construído

Unidade de Medida: Cartório construído

Meta Física:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
1	1	0

Meta Financeira:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
300.000,00	330.000,00	329.248,00 (**)

Observação: (*) A despesa executada corresponde à inscrição em "Restos a Pagar".

Indicador de Desempenho:

Índice de Realização de Meta Física = $\frac{\text{Meta Física Executada} \times 100}{\text{Meta Física Autorizada}} = 0\%$

Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}} = 99,77\%$

Avaliação do resultado:

Não houve execução da meta física em 2008, considerando que a licitação ocorreu em 30/12/08. O início da obra está previsto para janeiro/09 e o término para novembro/09.

O fato de a licitação da obra ter sido finalizada apenas no dia 30/12 se deu, entre outros, em função dos seguintes fatores:

- 1 - indefinição quanto à forma de contratação dos projetos arquitetônico e complementares, que durou mais de quatro meses (início de março a meados de julho), principalmente quanto à contratação por licitação ou inexigibilidade dos projetos arquitetônicos e da existência ou não de terrenos para que o procedimento - de licitação ou inexigibilidade - fosse iniciado;
- 2 - a licitação dos projetos complementares foi iniciada apenas no segundo semestre, e levou mais de dois meses entre seu início e homologação (final de julho a início de outubro);
- 3 - atraso na entrega dos projetos complementares pela empresa contratada (prazo para entrega 24/11/08, entrega em 5/12/08);
- 4 - processo de licitação da obra (após a entrega dos projetos complementares), que foi instaurada no dia 5/12/08 e homologada em 30/12/08.

Além disso, é mister citar que as providências quanto às doações dos terrenos foram tomadas antecipadamente - por meio de ofício junto aos entes

Handwritten signature



municipais no final do exercício de 2007 - e a efetivação das mesmas, quando ocorreram, se deram até o final de julho de 2008.

Como forma de coibir a repetição da situação ora apresentada, tomaremos as seguintes medidas:

1 - condicionar a inclusão dos recursos na Proposta Orçamentária à efetivação da respectiva doação/aquisição do terreno.

2 - implementar um planejamento para os procedimentos licitatórios, através da elaboração e acompanhamento de cronograma para a realização das licitações em tempo hábil, a fim de que a liquidação e o pagamento ocorram no próprio exercício, evitando-se a inscrição em restos a pagar.

PROGRAMA: 0570 - GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.122.0570.5439.0056 - CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS -
MUNICÍPIO DE CEDRO DE SÃO JOÃO

Tipo da Ação: Projeto

Objetivo Geral: Dotar a Justiça Eleitoral, em todos os níveis de jurisdição, de infraestrutura condizente com a execução de suas atribuições jurisdicionais e administrativas.

Objetivo Específico: Oferecer infra-estrutura imobiliária adequada ao atendimento de eleitores.

Produto: Cartório construído

Unidade de Medida: Cartório construído

Meta Física:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
1	1	0

Meta Financeira:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
250.000,00	330.000,00	22.522,00 (*)

Observação: (*)Na despesa executada estão incluídos "Restos a Pagar".

Indicador de Desempenho:

Índice de Realização de Meta Física = $\frac{\text{Meta Física Executada} \times 100}{\text{Meta Física Autorizada}} = 0\%$

Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}} = 6,82\%$

**Avaliação do resultado:**

Com relação à Construção do **Cartório Eleitoral de Cedro de São João**, a dotação foi proveniente de apresentação de emenda parlamentar. Como houve a negativa por parte da prefeitura local quanto à doação, foi adquirido terreno naquela municipalidade no valor de R\$ 10.000,00.

Os projetos de arquitetura e de engenharia (Pregão 36/08) foram licitados e seus empenhos inscritos em Restos a Pagar.

Não houve execução na meta física em razão da frustração do procedimento licitatório. Em 2009, com sobra de recursos provenientes da construção do Anexo I, será encaminhada solicitação de crédito especial para a construção do referido cartório.

PROGRAMA: 0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.122.0570.5439.0907 - CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS -
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

Tipo da Ação: Projeto

Objetivo Geral: Dotar a Justiça Eleitoral, em todos os níveis de jurisdição, de infraestrutura condizente com a execução de suas atribuições jurisdicionais e administrativas.

Objetivo Específico: Oferecer infra-estrutura imobiliária adequada ao atendimento de eleitores.

Produto: Cartório construído

Unidade de Medida: Cartório construído

Meta Física:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
1	1	0 (*)

Meta Financeira:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
250.000,00	330.000,00	12.522,00 (**)

Observação: (*) Na despesa executada estão incluídos "Restos a Pagar".

Indicador de Desempenho:

Índice de Realização de Meta Física = $\frac{\text{Meta Física Executada} \times 100}{\text{Meta Física Autorizada}}$ = 0%

Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}}$ = 3,79%

Handwritten signature

**Avaliação do resultado:**

Quanto à situação da construção do **Cartório Eleitoral de Nossa Senhora da Glória**, não houve execução da meta física e do saldo da meta financeira previstas em razão da não doação/aquisição do terreno destinado à construção da obra, não obstante as diversas tentativas feitas junto ao governo estadual, municipal e até Ministério da Previdência Social.

No entanto, a Justiça Estadual inaugurou novo Fórum para aquela localidade e cedeu espaço condizente com as necessidades mínimas de atuação para esta Justiça especializada, solucionando, provisoriamente, a necessidade de construção de imóvel próprio.

Como forma de inibir tais ocorrências, serão adotadas providências junto aos entes municipais ou estadual, ainda no exercício anterior a que se referir a proposta orçamentária, para a doação de terrenos destinados à construção de cartórios, condicionando a inclusão dos recursos na Proposta Orçamentária à efetivação da respectiva doação.

PROGRAMA: 0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.122.0570.5439.1081 - CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS -
MUNICÍPIO DE RIBEIRÓPOLIS

Tipo da Ação: Projeto

Objetivo Geral: Dotar a Justiça Eleitoral, em todos os níveis de jurisdição, de infraestrutura condizente com a execução de suas atribuições jurisdicionais e administrativas.

Objetivo Específico: Oferecer infra-estrutura imobiliária adequada ao atendimento de eleitores.

Produto: Cartório construído

Unidade de Medida: Cartório construído

Meta Física:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
1	1	0 (*)

Meta Financeira:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
350.000,00	350.000,00	334.971,00 (**)

Observação: (**) Na despesa executada estão incluídos "Restos a Pagar".

Indicador de Desempenho:

Índice de Realização de Meta Física = $\frac{\text{Meta Física Executada} \times 100}{\text{Meta Física Autorizada}} = 0\%$

1
2
3
4
5
6
7
8
9
0



Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}} = 95,71\%$

Avaliação do resultado:

Não houve execução da meta física em 2008, considerando que a licitação ocorreu em 30/12/08. O início da obra está previsto para janeiro/09 e o término para novembro/09.

O fato de a licitação da obra ter sido finalizada apenas no dia 30/12 se deu, entre outros, em função dos seguintes fatores:

- 1 - indefinição quanto à forma de contratação dos projetos arquitetônico e complementares, que durou mais de quatro meses (início de março a meados de julho), principalmente quanto à contratação por licitação ou inexigibilidade dos projetos arquitetônicos e da existência ou não de terrenos para que o procedimento - de licitação ou inexigibilidade - fosse iniciado;
- 2 - a licitação dos projetos complementares foi iniciada apenas no segundo semestre, e levou mais de dois meses entre seu início e homologação (final de julho a início de outubro);
- 3 - atraso na entrega dos projetos complementares pela empresa contratada (prazo para entrega 24/11/08, entrega em 5/12/08);
- 4 - processo de licitação da obra (após a entrega dos projetos complementares), que foi instaurada no dia 5/12/08 e homologada em 30/12/08.

Além disso, é mister citar que as providências quanto às doações dos terrenos foram tomadas antecipadamente - por meio de ofício junto aos entes municipais no final do exercício de 2007 - e a efetivação das mesmas, quando ocorreram, se deram até o final de julho de 2008.

Como forma de coibir a repetição da situação ora apresentada, tomaremos as seguintes medidas:

- 1 - condicionar a inclusão dos recursos na Proposta Orçamentária à efetivação da respectiva doação/aquisição do terreno.
- 2 - implementar um planejamento para os procedimentos licitatórios, através da elaboração e acompanhamento de cronograma para a realização das licitações em tempo hábil, a fim de que a liquidação e o pagamento ocorram no próprio exercício, evitando-se a inscrição em restos a pagar.

PROGRAMA: 0570 - GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.122.0570.5439.1277 - CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS -
MUNICÍPIO DE UBAÚBA

Tipo da Ação: Projeto



Objetivo Geral: Dotar a Justiça Eleitoral, em todos os níveis de jurisdição, de infraestrutura condizente com a execução de suas atribuições jurisdicionais e administrativas.

Objetivo Específico: Oferecer infra-estrutura imobiliária adequada ao atendimento de eleitores.

Produto: Cartório construído

Unidade de Medida: Cartório construído

Meta Física:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
1	1	0

Meta Financeira:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
0	330.000,00	12.522,00 (*)

Observação: (*) A despesa executada corresponde a "Restos a Pagar" inscritos.

Indicador de Desempenho:

Índice de Realização de Meta Física = $\frac{\text{Meta Física Executada} \times 100}{\text{Meta Física Autorizada}}$ = 0%

Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}}$ = 3,79%

Avaliação do resultado:

Em virtude do crédito especial para esta ação ter sido aprovado somente em 23.12.2008 (Lei 11.886/08), não houve tempo hábil para licitação da obra. Este crédito foi reaberto no exercício de 2009 (em 22.01.2009 - Portaria 068/09-TSE), no valor de R\$ 317.478,00. Os projetos de arquitetura e de engenharia (Pregão 36/08) foram licitados em 2008.

PROGRAMA: 0570 - GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.122.0570.1p20.0101 - CONSTRUÇÃO DO ANEXO I DO TRE/SE NO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Tipo da Ação: Projeto

Objetivo Geral: Dotar a Justiça Eleitoral, em todos os níveis de jurisdição, de infraestrutura condizente com a execução de suas atribuições jurisdicionais e administrativas.

Objetivo Específico: Melhorar a infra-estrutura do prédio onde está localizada a sede do TRE-SE para comportar o incremento do quadro de pessoal decorrente dos novos provimentos da Lei 11.202/05.

Handwritten signature



Produto: Anexo construído

Unidade de Medida: Anexo construído

Meta Física:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
60%	67%	0

Meta Financeira:

LOA(emenda)	LOA +CRED	EXECUTADA
1.094.000,00	2.430.000,00	2.430.000,00 (*)

Observação: (*)Na despesa executada estão incluídos "Restos a Pagar".

Indicador de Desempenho:

Índice de Realização de Meta Física = $\frac{\text{Meta Física Executada} \times 100}{\text{Meta Física Autorizada}} = 0\%$

Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}} = 100\%$

Avaliação do resultado:

A ação referente à **Construção do Anexo I da Sede do TRE-SE**, cuja dotação consignada na LOA incluía R\$ 400.000,00 proveniente de emendas parlamentares, foi beneficiada com os seguintes créditos: especiais, no valor de R\$ 400.000, aprovado no último quadrimestre de 2007 e reaberto para o exercício de 2008 através da Portaria 35/08-TSE, e créditos suplementares nos valores de R\$ 218.000,00 (Portaria 638/08-TSE) e de R\$ 718.000,00, este via Congresso Nacional (Lei 11.841/08).

A obra foi licitada no valor de R\$ 2.899.496,34, em 15.12.2008 (Concorrência 01/08), considerados, para sua realização, os recursos acima referenciados no total de R\$ 2.430.000,00 mais o crédito orçamentário constante no projeto da lei orçamentária 2009, em tramitação naquele momento, R\$ 1.170.000,00. Destes, após o empenho da despesa, resultou sobra orçamentária no valor de R\$ 700.503,66, cuja parcela de R\$ 400.000,00 será remanejada através de crédito especial para a construção do cartório eleitoral de Cedro de São João.

PROGRAMA: 0570 - GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL
AÇÃO: 02.061.0570.4269.0001 - PLEITOS ELEITORAIS

Tipo da Ação: Atividade

Objetivo Geral: Criar as condições logísticas que possibilitem a realização de pleitos eleitorais.

Objetivo específico: Propiciar diretamente a realização de pleitos e revisões eleitorais, com o custeio das despesas de treinamento, segurança, funcionamento, infra-estrutura e divulgação do processo eleitoral.

[Handwritten signature]

**Meta Financeira:**

PROVISÃO RECEBIDA INICIAL	PROVISÃO RECEBIDA FINAL	DESPESA EXECUTADA
3.332.406,00	4.540.241,00	3.778.883,00

Indicador de desempenho:

Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Provisão Final}} = 83,23\%$

Avaliação do resultado:

1. Quanto à ação **Pleitos Eleitorais**, para atender às despesas com as eleições municipais de 2008 o TSE descentralizou R\$ 3.332.406,00, sendo R\$ 1.448.879 em pessoal e R\$ 1.883.527 em custeio. A despesa executada atendeu ao pagamento de serviço extraordinário, transporte de urnas, locação de veículos, diárias, passagens, alimentação, combustível, material de consumo e adicionais de serviços de energia, água, comunicação, segurança e limpeza, dentre outras.
2. Adicionalmente, foi descentralizado a este Regional o valor de R\$ 571.000,00 destinado ao pagamento de despesa de exercícios anteriores referentes à alteração no cálculo do divisor de serviço extraordinário.
3. É relevante destacar a redução de 24% ocorrida nos gastos com Eleições, pouco abaixo, porém da meta de redução de 30% em relação ao pleito anterior estabelecida do Planejamento Estratégico.

Fatores que influenciaram **positivamente** no alcance do índice:

1. redução do custo no transporte das Urnas Eletrônicas, em razão de mudança na sua logística;
2. redução do valor e do quantitativo de diárias pagas, pela implementação de medidas que permitiram maior controle na sua realização;
3. não realização do 2º turno;
4. redução do quantitativo de veículos locados;
5. eliminação da contratação de telefonia móvel.

Fatores que influenciaram **negativamente** no índice:

1. aumento do gasto com alimentação dos mesários e auxiliares (valor per capita passou de R\$ 10,00 para R\$ 15,00);
2. aumento da base de cálculo das horas-extras em 32% (resultante do PCS), não obstante tenha sido observada a redução do quantitativo de horas-extras autorizadas.

PROGRAMA: 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO
AÇÃO: 09.272.0089.0396.0001 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Tipo da Ação: Operação Especial

Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores da União inativos, pensionistas e seus dependentes.



Objetivo Específico: Pagar os proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis, incluídas aposentadoria, pensão e gratificação natalina.

Meta Financeira:

LOA	LOA +CRED	EXECUTADA
6.194.128,00	8.402.744,00	8.402.743,00

Indicador de Desempenho:

Índice de Utilização Orçamentária = $\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}} = 100\%$

Avaliação do resultado:

O cumprimento da ação **Pagamento de Aposentadorias e Pensões** atendeu às necessidades a que é destinada, inclusive com pagamento de parte da despesa de exercícios anteriores referentes aos juros da URV (11,98%).

Handwritten signature



IV – AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA GESTÃO INSTITUCIONAL:

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TRE-SE – 2007 A 2012
AVALIAÇÃO 2008

Dimensão: CLIENTE/SOCIEDADE

Objetivo 1: OFERECER SERVIÇOS ELEITORAIS COM QUALIDADE		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS – AVALIAÇÃO E SUGESTÕES
<p>- ME1. Alcançar 70% de satisfação com os serviços prestados junto aos usuários da Justiça Eleitoral até dezembro de 2012.</p>	<p>- Percentual dos usuários satisfeitos</p> <p>$\frac{\text{N.º de usuários satisfeitos}}{\text{N.º de usuários consultados}} \times 100$</p> <p>Responsável: COPEG</p> <p>Tipo: Efetividade</p>	<p>- AC1. Estabelecer mecanismos para mensurar a satisfação dos usuários.</p> <p>- Responsável: COPEG</p> <p>- Avaliação: COPEG – Impossibilidade de cumprimento devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.</p> <p>- Medidas a implementar: Implantar sistema de avaliação dos serviços prestados nas unidades de atendimento.</p>
		<p>- AC2. Ampliar os meios de atendimento ao eleitor e o acesso aos serviços da Justiça Eleitoral.</p> <p>- Responsável: COPEG (coordenação), STI, SAO, SGP, SJD, COCRE</p> <p>- Avaliação: COPEG – Criação de posto da Justiça Eleitoral no CEAC - Rodoviária</p> <p>- Medidas a implementar:</p> <p>Implementar o envio/recebimento de nominatas por meio eletrônico; Implantar o Diário de Justiça Eletrônico; Criar o Informativo do TRESE e a Revista de Jurisprudência com temas selecionados; Indexar os principais julgados no exercício; Digitalizar os acórdãos e resoluções do exercício; Implantar sistema de análise de LOG.</p>

Carvalho



Objetivo 1 - OFERECER SERVIÇOS ELEITORAIS COM QUALIDADE		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO E SUGESTÕES
		<ul style="list-style-type: none">- AC3. Ampliar os canais de comunicação com os usuários.- Responsável: STI (coordenação), ASCOM, COCRE- Avaliação: <u>ASCOM</u> - Implementada de forma precária tendo em vista a necessidade de pessoal para atender o serviço.- Medidas a implementar: Implantar a ouvidoria do TRE/SE; Estabelecer comunicação sobre endereços com o TJ por meio eletrônico; Melhorar o site do TRE; Formar turma de servidores aptos a conceder entrevistas e palestras.
		<ul style="list-style-type: none">- AC4. Implementar o processo digital nos serviços jurisdicionais.- Responsável: SJD, STI- Avaliação: Não iniciada. Aguardando determinações do TSE.
		<ul style="list-style-type: none">- AC5. Criar instrumentos normativos para regulamentar procedimentos e prazos não previstos.- Responsável: COPEG (coordenação), DG, SJD, STI, SAO, SGP, COCRE- Avaliação: Ação não iniciada devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.- Medidas a implementar: Instituir a padronização dos acórdãos, resoluções e dos atos e procedimentos cartorários.

Handwritten signature



Objetivo 2 - AMPLIAR A RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO E SUGESTÕES
<p>- ME2. Desenvolver, no mínimo, 3 ações de conscientização ambiental até dezembro de cada ano</p>	<p>- Quantidade de ações realizadas durante o ano</p> <p>- Responsável: COPEG</p> <p>- Tipo: Eficácia</p>	<p>- AC6. Desenvolver projetos de responsabilidade ambiental.</p> <p>- Responsável: COPEG, SAO</p> <p>- Avaliação: Ação cumprida por meio dos seguintes eventos: Palestra "A importância da reciclagem do óleo de cozinha"; - Evento ciclístico em comemoração ao dia mundial do meio ambiente; - Palestra " A Gestão dos Recursos Hídricos em Sergipe.</p> <p>- Medidas a implementar: Expandir as ações do Programa Nosso Ambiente para os Cartórios Eleitorais.</p>
<p>- ME3. Desenvolver, no mínimo, 3 ações de cidadania até dezembro de cada ano</p>	<p>- Quantidade de ações realizadas durante o ano</p> <p>- Responsável: COPEG</p> <p>- Tipo: Eficácia</p>	<p>- AC7. Desenvolver projetos de responsabilidade social.</p> <p>- Responsável: COPEG (coordenação), SJD, SGP, SAO, STI</p> <p>- Avaliação: As ações de cidadania costumam ser complexas, o que dificulta o alcance da meta. Foram realizados dois Projetos, envolvendo, cada um, uma série de atividades integradas visando ao alcance do objetivo proposto. Projetos: - Você é a Justiça Eleitoral; - Eleitor do Futuro.</p> <p>- Medidas a implementar: Dar seguimento aos projetos "Você é a Justiça Eleitoral", "Eleitor do Futuro" e " Mesário Voluntário"; Produzir vídeo explicativo e demonstração prática sobre o processo eleitoral; Dinamizar o Cemel; Implantar o Projeto "Resgate Histórico da Justiça Eleitoral de Sergipe"</p>
<p>- ME4. Ajustar 100% dos processos de aquisição de bens e serviços aos critérios ecologicamente adequados até junho de 2010</p>	<p>- Percentual de processos ajustados</p> <p>$\frac{\text{N.º de processos ajustados}}{\text{N.º de processos de aquisição}} \times 100$</p> <p>- Responsável: SAO</p> <p>- Tipo: Eficácia</p>	<p>- AC8. Definir procedimentos para o estabelecimento de práticas eco-eficientes.</p> <p>- Responsável: SAO, COPEG</p> <p>- Avaliação: Ação não iniciada devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.</p>

Oceano



Dimensão: PROCESSOS INTERNOS

Objetivo 3 - DESENVOLVER A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME5. Divulgar 100% das ações institucionais até dezembro de 2008</p>	<p>- Percentual de matérias institucionais publicadas nos meios de comunicação</p> <p>N.º de ações divulgadas X 100</p> <p>N.º de ações realizadas</p> <p>- Responsável: ASCOM</p> <p>- Tipo: Efetividade</p>	<p>- AC9. Elaborar política de comunicação institucional.</p> <p>- Responsável: PRES/ASCOM (coordenação), COCRE, DG, SAO, SGP, STI, SJD</p> <p>- Avaliação: <u>ASCOM</u> - Não, devido ao quadro insuficiente de pessoal.</p>
		<p>- AC10. Realizar ações de benchmarking em comunicação</p> <p>- Responsável: ASCOM</p> <p>- Avaliação: <u>ASCOM</u> - Não, devido ao quadro insuficiente de pessoal.</p>
		<p>- AC11. Desenvolver instrumentos para a disseminação dos atos e fatos institucionais nos ambientes interno e externo.</p> <p>- Responsável: PRES/ASCOM (coordenação), COCRE, DG, SAO, SGP, STI, SJD</p> <p>- Avaliação: Impossibilidade de cumprimento devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.</p> <p>- Medidas a implementar: Implantar a rádio WEB; Implementar estratégia para atualização permanente do Informe; Incrementar o periódico "O PLEITO".</p>
		<p>- AC12. Implantar ações de endomarketing</p> <p>- Responsável: ASCOM, SGP</p> <p>- Avaliação: <u>ASCOM</u> - Não, devido ao quadro insuficiente de pessoal.</p>

Ceres V



Objetivo 4 - DESENVOLVER GESTÃO DE PROCESSOS		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
- ME6. Redesenhar 100% dos processos críticos até dezembro de 2009	- Percentual de processos críticos N.º de processos críticos redesenhados X 100 N.º de processos críticos - Responsável: COPEG - Tipo: Eficácia	- AC13. Mapear e revisar os processos organizacionais - Responsável: COPEG (coordenação), DG, COCRE, PRES, SAO, SGP, STI, SJD - Avaliação: <u>COPEG</u> – Foi iniciada a capacitação dos servidores que serão diretamente responsáveis pelo cumprimento da ação. - Medidas a implementar: Mapear e revisar os processos críticos.
		- AC14. Implantar tecnologia de gestão de processos - Responsável: COPEG, STI - Avaliação: Ação não iniciada em função da falta de conhecimento técnico dos servidores diretamente responsáveis.
- ME7. Desenvolver e aplicar um modelo de planejamento operacional das Eleições até março de 2010	- Modelo de planejamento implantado - Responsável: COPEG - Tipo: Eficácia	- AC15. Criar instrumentos para otimizar os processos críticos eleitorais (prestação de contas, filiação partidária, registro de candidaturas e alistamento) - Responsável: COPEG (coordenação), DG, COCRE, PRES, SAO, SGP, STI, SJD - Avaliação: Ação não iniciada devido às atividades inerentes ao ano eleitoral. - Medidas a implementar: Otimizar os processos de Fechamento do Cadastro de Eleitores e Requisição de Veículos/Transporte de Urnas; Aperfeiçoar o sistema de estatística do ELO.
		- AC16. Aperfeiçoar o processo de planejamento das Eleições - Responsável: COPEG (coordenação), DG, COCRE, PRES, SAO, SGP, STI, SJD - Avaliação: <u>COPEG</u> – Desenvolvido um Planejamento das Eleições 2008 para a Secretaria deste TRE, que foi acompanhado com o auxílio da ferramenta de gerenciamento de projetos (DOT PROJECT).

2008



Objetivo 4 - DESENVOLVER GESTÃO DE PROCESSOS		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
- ME8. Implantar o modelo de Gestão de Projetos até junho de 2009	- Modelo de Gestão de Projetos implantado - Responsável: COPEG - Tipo: Eficácia	- AC17. Definir metodologia de elaboração e gerenciamento de projetos - Responsável: COPEG - Avaliação: Ação não iniciada devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.
		- AC18. Dotar a COPEG de recursos estruturais e metodológicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos - Responsável: DG, COPEG - Avaliação: Ação não iniciada devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.
		- AC19. Disseminar a cultura de gestão de projetos - Responsável: COPEG (coordenação), COCRE, PRES, DG, SAO, SGP, STI, SJD - Avaliação: Ação não iniciada devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.
- ME9. Implantar Sistema de Mensuração de Resultados da gestão até junho de 2008	- Modelo de Sistema de Mensuração de Resultados implantado - Responsável: COPEG - Tipo: Eficácia	- AC20. Instituir Sistema de Mensuração de Resultados da gestão - Responsável: COPEG, STI - Avaliação: Impossibilidade de cumprimento devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.
		- AC21. Disseminar cultura de mensuração de resultados - Responsável: COPEG (coordenação), COCRE, PRES, DG, SAO, SGP, STI, SJD - Avaliação: Impossibilidade de cumprimento devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.

Presença



Dimensão: PESSOAS E MODERNIZAÇÃO

Objetivo 5 - OTIMIZAR A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME10. Atender 80% das demandas de soluções administrativas informatizadas até dezembro de 2012</p>	<p>- Percentual de demandas atendidas</p> <p>$\frac{\text{N.º de demandas atendidas}}{100} \times \text{N.º de demandas solicitadas}$</p> <p>- Responsável: STI</p> <p>- Tipo: Eficácia</p>	<p>- AC22. Elaborar plano de trabalho para o atendimento às solicitações de informática</p> <p>- Responsável: STI</p> <p>- Avaliação: Ação não iniciada devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.</p> <p>- Medidas a implementar: Executar plano anual de atendimento às solicitações de Informática; Implantar o Portal do Pleno.</p>
		<p>- AC23. Desenvolver projeto para implantação de softwares livres</p> <p>- Responsável: STI</p> <p>- Avaliação: Implantação do BrOffice (editor de textos, planilhas e editorações) e do dot Project (gerência de projetos)</p> <p>- Medidas a implementar: Expandir a implantação de softwares livres para os Cartórios Eleitorais.</p>
		<p>- AC24. Implementar ações para a melhoria do suporte e manutenção de sistemas e equipamentos</p> <p>- Responsável: STI</p> <p>- Avaliação: Ação não iniciada devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.</p> <p>- Medidas a implementar: Implantar a ferramenta Help Desk para suporte de informática.</p>
		<p>- AC25. Elaborar projeto para a integração dos sistemas administrativos</p> <p>- Responsável: STI (coordenação), COCRE, PRES, DG, SAO, SGP, SJD</p> <p>- Avaliação: Ação não iniciada devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.</p>

Cecilia



Objetivo 6 - ASSEGURAR A INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA AO FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA ELEITORAL		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
- ME11. Dotar 100% dos Cartórios Eleitorais com estrutura própria até dezembro de 2012	- Percentual de Cartórios Eleitorais com estrutura própria $\frac{\text{N.º de Cartórios com estrutura própria}}{\text{N.º total de Cartórios}} \times 100$ - Responsável: SAO - Tipo: Eficácia	- AC26. Assegurar a alocação dos recursos necessários à construção das novas sedes dos Cartórios Eleitorais - Responsável: PRES, SAO - Avaliação: SAO - Elaborado cronograma de ações a serem aplicadas junto ao TSE, Parlamentares Sergipanos e Prefeitos dos Municípios envolvidos na doação dos correspondentes terrenos. Em consequência das ações de gestão, inicialmente, foram aprovados recursos pelo TSE para 3 Cartórios e, em razão das ações junto à bancada parlamentar sergipana, dobrou o número de obras, tendo sido assegurados recursos para a construção dos Cartórios Eleitorais de Tobias Barreto, Estância, Lagarto, Ribeirópolis, Cedro de São João e Nossa Senhora da Glória, dando cumprimento ao contido no PPA para o exercício. - Medidas a implementar: Construir o Cartório Eleitoral de Umbaúba; Empreender ações para viabilizar a construção do Cartório Eleitoral de Cedro de São João.
- ME12. Atender 80% das demandas de manutenção dos Cartórios Eleitorais até dezembro de cada ano	- Percentual de demandas atendidas $\frac{\text{N.º de demandas atendidas}}{\text{N.º de demandas solicitadas}} \times 100$ - Responsável: SAO - Tipo: Eficácia	- AC27. Desenvolver política de manutenção da infra-estrutura dos Cartórios Eleitorais - Responsável: SAO - Avaliação: SAO - Realizadas vistorias, nas quais constatou-se a necessidade de reparos e pinturas nos Fóruns de Boquim, Itabaiana e Itaporanga D'Ajuda, tendo sido realizado procedimento licitatório, com previsão de execução dos serviços em 90 dias, a contar do mês de janeiro/09. Em fase de elaboração o plano de manutenções preventivas.

Prer



Objetivo 6 - ASSEGURAR A INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA AO FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA ELEITORAL		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none">- AC28. Elaborar plano de apoio logístico para os Cartórios Eleitorais- Responsável: SAO- Avaliação: SAO - por meio de contrato de terceirização, são disponibilizados às Zonas Eleitorais, regularmente, profissionais habilitados para suporte às redes elétrica, telefônica, lógica e hidráulica; - Implementada entrega programada (trimestral) de material de consumo; - Disponibilizados veículos e motoristas para os Cartórios da Capital e de São Cristóvão; - Instalados sistemas de alarme nos cartórios com prédios próprios e alugados, monitorados por empresa terceirizada e interligados às delegacias de polícia (pendente convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado); - Em fase de análise a implementação de plano de apoio logístico para todos os Cartórios Eleitorais, que estabelecerá, em princípio, o suporte por meio de Pólos Geográficos a serem definidos.
<ul style="list-style-type: none">- ME13. Construir o anexo da nova sede da Secretaria do TRE/SE até dezembro de 2009	<ul style="list-style-type: none">- Anexo construído- Responsável: SAO- Tipo: Eficácia	<ul style="list-style-type: none">- AC29. Readaptar e estrutura física da sede e suas instalações às necessidades tecnológicas e de pessoal- Responsável: SAO- Avaliação: SAO - A ação "Construção do Anexo I da Sede" teve o seguinte tratamento: dotação aprovada: R\$ 2.030.000,00; crédito especial: R\$ 400.000,00 (valor transferido do orçamento de 2007) total: R\$ 2.430.000,00.A obra foi licitada no valor de R\$ 2.899.496,34 (Concorrência 1-08); a diferença necessária, ou seja, R\$ 469.496,34, será suportada por crédito recebido em 2009. Por essa razão, a dotação orçamentária de 2009 apresenta saldo disponível da ordem de R\$ 700.503,66. O ANEXO abrigará uma Secretaria, um mini-auditório, espaços destinados a treinamento, arquivo, biblioteca, CEMEL e licitações (pendentes a ampliação da rede elétrica, telefônica e lógica e a conseqüente reavaliação dos espaços).- Medidas a implementar: Construir o anexo da sede do TRESE.

5
2



Objetivo 7 - MODERNIZAR AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E PROMOVER A EDUCAÇÃO CONTINUADA		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME14. Oferecer, no mínimo, uma oportunidade de aprendizagem para cada servidor por Exercício (Resolução TSE 22.572/07)</p>	<p>- Percentual de servidores capacitados</p> <p>$\frac{\text{N.º de servidores capacitados } (\geq 1 \text{ oport.}) \times 100}{\text{N.º total de servidores}}$</p> <p>- Responsável: SGP</p> <p>- Tipo: Eficácia</p>	<p>- AC30. Instituir Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores da Justiça Eleitoral de Sergipe</p> <p>- Responsável: SGP</p> <p>- Avaliação: SGP - Em 2008, foram treinados 44% dos servidores, desconsiderando os treinamentos voltados exclusivamente para as eleições e os de BrOffice e considerando que foi ano eleitoral. Em 2009, será concluída a elaboração do Programa Permanente de Capacitação que se encontra na forma de minuta.</p> <p>- Medidas a implementar: Elaborar o Programa de Capacitação e Desenvolvimento; Ampliar o processo de ambientação para os novos membros e ocupantes de cargo em comissão não efetivos; Incrementar as ações da EJE.</p>
<p>- ME15. Oferecer, no mínimo, 30h de capacitação destinadas à formação de gestores para cada ocupante de função gerencial, a cada dois Exercícios (Resolução TSE 22.572/07).</p>	<p>- Percentual de gestores capacitados</p> <p>$\frac{\text{N.º de gestores capacitados } (\geq 30h) \times 100}{\text{N.º total de gestores}}$</p> <p>- Responsável: SGP</p> <p>- Tipo: Eficácia</p>	<p>- AC31. Dotar a COEDE dos recursos estruturais e metodológicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos</p> <p>- Responsável: DG, SGP</p> <p>- Avaliação: SGP - Em 2008 foram treinados 18% dos gestores. Já está em andamento o fechamento de mais 3 turmas de formação de gestores, para 2009, de forma a atingir a meta.</p>
<p>- ME16. Implantar a Gestão por Competência até junho de 2010</p>	<p>- Gestão por Competência implantada</p> <p>- Responsável: SGP</p> <p>- Tipo: Eficácia</p>	<p>- AC32. Mapear as competências dos processos organizacionais</p> <p>- Responsável: SGP</p> <p>- Avaliação: Ação não iniciada devido à necessidade de prévio mapeamento dos processos.</p> <p>- Medidas a implementar: Criar Banco de Talentos.</p>

D. e. e. e.



Objetivo 7 - MODERNIZAR AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E PROMOVER A EDUCAÇÃO CONTINUADA		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none">- AC33. Identificar as discrepâncias de competências com relação aos processos para efeito da capacitação, lotação e desenvolvimento de servidores- Responsável: SGP- Avaliação: Ação não iniciada devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.
- ME17. Manter 100% dos Cartórios Eleitorais com quadro de pessoal compatível com as atividades realizadas até junho de 2008	<ul style="list-style-type: none">- Percentual de Cartórios com quadro de pessoal compatível $\frac{\text{N.º de Cartórios com Quadro de pessoal compatível}}{\text{N.º total de Cartórios}} \times 100$	<ul style="list-style-type: none">- AC34. Realizar estudo de dimensionamento de pessoal dos Cartórios Eleitorais- Responsável: SGP, COCRE- Avaliação: Impossibilidade de cumprimento devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.- Medidas a implementar: Estabelecer estratégia para suporte de pessoal nos Cartórios Eleitorais.
	<ul style="list-style-type: none">- Responsável: COCRE- Tipo: Eficácia	<ul style="list-style-type: none">- AC35. Adotar providências para alocação de pessoal.- Responsável: DG, SGP- Avaliação: Impossibilidade de cumprimento devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.
- ME18. Alcançar o índice de 70% de satisfação interna até dezembro de 2009	<ul style="list-style-type: none">- Percentual de satisfação do clima organizacional- Responsável: SGP- Tipo: Efetividade	<ul style="list-style-type: none">- AC36. Realizar pesquisa de clima organizacional- Responsável: SGP, DG- Avaliação: Ação não iniciada devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.

Resumo



Objetivo 7 - MODERNIZAR AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E PROMOVER A EDUCAÇÃO CONTINUADA		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none">- AC37. Desenvolver projeto para oferecimento de serviços de natureza esportiva, cultural, artística e social aos servidores- Responsável: SGP- Avaliação: <u>SGP</u> - Palestra com a Prof. Felora Daliri, "Ética e desenvolvimento humano"
		<ul style="list-style-type: none">- AC38. Desenvolver projeto de prevenção de doenças do trabalho e promoção da saúde física e mental- Responsável: SGP- Avaliação: <u>SGP</u> - I Oficina de Culinária, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, e renovação do contrato da ginástica laboral e massagem terapêutica.- Medidas a implementar: Incrementar o Programa Saúde Integral.
<ul style="list-style-type: none">- ME19. Implantar modelo de gestão compartilhada até junho de 2008	<ul style="list-style-type: none">- Modelo de gestão aprovado- Responsável: COPEG- Tipo: Eficácia	<ul style="list-style-type: none">- AC39. Definir instrumentos para a implantação do modelo de gestão compartilhada- Responsável: COPEG- Avaliação: Impossibilidade de cumprimento devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.

Diana



Objetivo 7 - MODERNIZAR AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E PROMOVER A EDUCAÇÃO CONTINUADA

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none">- AC40. Disseminar a cultura de gestão compartilhada- Responsável: COPEG (coordenação), COCRE, PRES, DG, SAO, STI, SJD, SGP- Avaliação: Impossibilidade de cumprimento devido às atividades inerentes ao ano eleitoral.

Recebu



Dimensão: ORÇAMENTO

Objetivo 8 - PROMOVER GESTÃO EFETIVA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME20. Reduzir em até 30% os gastos com a Eleição em 2008</p>	<p>- Percentual de redução de gastos</p> <p>$\frac{(\text{Gastos 2006} - \text{Gastos 2008}) \times 100}{\text{Gastos 2006}}$</p> <p>- Responsável: SAO</p> <p>- Tipo: Eficiência</p>	<p>- AC41. Otimizar os gastos institucionais inerentes ao processo eleitoral.</p> <p>- Responsável: SAO</p> <p>- Avaliação: SAO - Houve a redução dos gastos em 24%, pouco abaixo, portanto, do índice programado de 30%.</p> <p>Fatores que influenciaram positivamente no índice: - 1. redução do custo no transporte das Urnas Eletrônicas, em razão de mudança na sua logística; - 2. redução do valor total e do quantitativo de diárias pagas, pela implementação de medidas que permitiram maior controle na sua realização; - 3. não realização do 2o turno; - 4. redução do quantitativo de veículos locados; - 5. eliminação da contratação de telefonia móvel.</p> <p>Fatores que influenciaram negativamente no índice: - 1. aumento do gasto com alimentação dos mesários e auxiliares (valor per capita passou de R\$ 10,00 para R\$ 15,00); - 2. aumento da base de cálculo das horas extras em 32% (resultante do PCS), não obstante, tenha sido observada a redução do quantitativo de horas extras autorizadas.</p> <p>- Reduzido em 21,3% o gasto com material de consumo no pleito eleitoral de 2008 em relação ao de 2006. O corte aconteceu principalmente no material diretamente associado a eleição manual (cédulas, lacres etc.), em razão do aprimoramento e confiança no processo de votação eletrônico.</p>
		<p>- AC42. Implementar medidas para reduzir os serviços extraordinários</p> <p>- Responsável: SGP (coordenação), PRES, DG, COCRE, SAO, STI, SJD, Cartórios</p> <p>- Medidas a implementar: Realizar estudo para melhorar a concessão de serviços extraordinários.</p>

Receita



Objetivo 8 - PROMOVER GESTÃO EFETIVA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME21. Executar 99% dos recursos aprovados em cada Exercício</p>	<p>- Percentual de dotação orçamentária executada</p> $\frac{\text{Dotação executada}}{\text{Dotação aprovada}} \times 100$ <p>- Responsável: SAO</p> <p>- Tipo: Eficácia</p>	<p>- AC43. Empreender ações para envolver todas as unidades no planejamento e execução orçamentária</p> <p>- Responsável: SAO</p> <p>- Avaliação: SAO - Implementada a participação das Unidades, inclusive dos Cartórios Eleitorais, seja na elaboração da proposta, seja pela cientificação dos valores aprovados e dos cortes efetuados.</p> <p>- AC44. Adotar procedimentos de acompanhamento, controle e avaliação orçamentária</p> <p>- Responsável: SAO</p> <p>- Avaliação: SAO - O índice de execução orçamentária foi de 97,6%. Fatores que influenciaram negativamente: - 1. frustração do procedimento licitatório (PE 41/08) para aquisição de impressoras; - 2. não utilização dos recursos aprovados para a construção dos Cartórios de Cedro de São João e Nossa Senhora da Glória.</p> <p>- Aperfeiçoado e otimizado o uso das planilhas que permitem o acompanhamento e controle da execução orçamentária, por ação, com enfoque para a tomada de decisão gerencial;</p> <p>- Pendente a utilização do Siafi Gerencial, que permitirá o aperfeiçoamento do acompanhamento da execução do orçamento, inclusive, por Unidade participante de sua elaboração, fornecendo, ao final do exercício, a avaliação da execução tanto por ação, como por unidade envolvida.</p> <p>- Medidas a implementar: Efetuar planejamento dos processos licitatórios.</p>

Recebu



Objetivo 8 - PROMOVER GESTÃO EFETIVA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME22. Reduzir em até 10% o custo com a manutenção da instituição até 2012 (2% a cada Exercício)</p>	<p>- Percentual de redução de custo de manutenção</p> $\frac{\text{Custo de manut. do ano anterior} - \text{Custo de manut. do ano atual}}{\text{Custo de manut. do ano anterior}} \times 100$ <p>Custo de manut. do ano atual (p/ natureza do imóvel)</p> <p>OBS: sede e Cartórios da capital, próprios, alugados ou cedidos</p> <p>- Responsável: SAO</p> <p>- Tipo: Eficiência</p>	<p>- AC45. Implantar sistema de gestão de custos</p> <p>- Responsável: SAO</p> <p>- Avaliação: SAO - Diante da sua complexidade e por demandar ações em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação, restam pendentes a definição de diretrizes básicas, bem como o desenvolvimento do Sistema de Custos, com prognóstico de sua efetivação no exercício de 2011 ou 2012. O índice proposto na meta não foi aferido.</p>
		<p>- AC46. Implementar política de gestão de suprimentos</p> <p>- Responsável: SAO</p> <p>- Avaliação: SAO - Consolidado o Sistema de Registro de Preços nas aquisições de material de consumo; - Aperfeiçoada a política de gestão de suprimentos (pendentes medidas que permitam a programação da solicitação e o conseqüente planejamento da compra); - Pendente política de gestão de suprimentos com o desenvolvimento ou aquisição de sistema de gestão de compras e serviços, que permitirá o acompanhamento do procedimento de compra ou contratação de serviço.</p>
		<p>- AC47. Desenvolver programa permanente de conscientização visando à redução dos gastos institucionais</p> <p>- Responsável: SAO</p> <p>- Avaliação: SAO - Em fase de análise a implementação de programa permanente de conscientização visando à redução de elevados gastos no consumo de descartáveis e de papéis.</p> <p>- Medidas a implementar: Implementar ações de combate ao desperdício.</p>

Pereira



Objetivo 8 - PROMOVER GESTÃO EFETIVA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME23. Atingir a aprovação de 80% da proposta orçamentária inicial em cada Exercício</p>	<p>- Percentual de aprovação da proposta orçamentária</p> <p>$\frac{\text{Orçamento aprovado}}{\text{Orçamento proposto}} \times 100$</p> <p>- Responsável: SAO</p> <p>- Tipo: Eficiência</p>	<p>- AC48. Empreender ações visando assegurar a aprovação da proposta orçamentária</p> <p>- Responsável: SAO, DG, PRE, ASCOM</p> <p>- Avaliação: SAO - O índice de aprovação foi de 90,26%, portanto, a meta foi ultrapassada em mais de 10%. A metodologia utilizada na elaboração da proposta orçamentária foi aperfeiçoada, a exemplo das justificativas inseridas e memórias de cálculo solicitadas. Implementadas ações junto aos parlamentares federais de Sergipe. Por via de emenda, foram assegurados os recursos necessários à viabilização das obras previstas no PPA para o exercício.</p>

Orçamento

**V – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**

O TRE/SE não tem registros de passivos reconhecidos na conta contábil 2.1.2.1.1.11.00 - por insuficiência de crédito/recursos, nem para fornecedores nem para pessoal.

VI – RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

EXERCÍCIO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscrito	Cancelado	Pago	A Pagar	Inscrito	Cancelado	Pago	A Pagar
2006	199.322,47	-	26.415,15	-	852.413,87	90.983,49	1.011.298,63	-
2007	16.875,92	-	199.322,47	-	1.435.462,02	93.824,64	757.889,23	700,00
2008	7.852,46	-	16.032,92	843,00	4.068.051,37	72.983,65	1.339.871,02	23.307,35
Total	224.050,85	-	241.770,54	843,00	6.355.927,26	257.791,78	3.109.058,88	24.007,35

RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM 2006 – REINSCRITO EM 2007 E PAGO EM 2008			
Empenho	Credor	Valor (R\$)	Justificativa
2006NE000410	Cejurr Centro de Estudos Jurídicos	100,00	Servidor participou de curso, porém a contratada não encaminhou nota fiscal
2006NE000820	Forum Nacional de Comunicações e Justiça	600,00	Servidor participou de curso, porém a contratada não encaminhou nota fiscal

OBSERVAÇÃO: Os restos a pagar relativos ao exercício 2006 foram reinscritos nos termos do Decreto 6.331, de 28/12/07.

RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM 2007 – REINSCRITO EM 2008			
Empenho	Credor	Valor (R\$)	Justificativa
2007NE000099	Salvador Service	185,32	O gerente do contrato reconheceu que existiam despesas a pagar, porém a contratada não havia, até àquele momento, encaminhado a nota fiscal.
2007NE000113	Empresa Brasileira de Telecomunicações	2.639,85	Faturas cobradas em valores indevidos e encaminhadas à contratada para regularização, não apresentadas até o momento de inscrição
2007NE000346	Best Regards Distribuidora Comercial	320,00	Gerente do contrato solicitou a permanência do empenho no aguardo da entrega do material.
2007NE000470	L'Affiche Comércio e Serviço Ltda	270,00	Gerente do contrato no aguardo da nota fiscal
2007NE000474	Identificações Brasil Comércio	9.900,00	Contratada não entregou material. Instaurado processo de penalização e mantido o empenho até a conclusão do processo.
2007NE000566	Impakto produtos de higiene e limpeza	350,00	Liquidação parcial da nota de empenho no valor de R\$ 843,00 (restos a pagar processados inscritos em 2007), em razão da entrega parcial do material contratado. Como a contratada não forneceu todo o material (correspondente ao valor de R\$ 350,00) foi instaurado processo de penalização e mantido o empenho até a conclusão do processo.



RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM 2007 – REINSCRITO EM 2008			
Empenho	Credor	Valor (R\$)	Justificativa
2007NE000672	MPI Construções	9.277,50	Existiam pendências a serem sanadas, relativas ao projeto arquitetônico do Anexo I.
2007NE0001064	Dental MED Comércio e Representa- ções	364,68	Solicitado pelo gerente a permanência tendo em vista que a contratada não entregou material, mas assumiu o compromisso de entregar pelo mesmo preço.

OBSERVAÇÃO: Os restos a pagar relativos ao exercício 2007 foram reinscritos nos termos do Decreto 6.708, de 23/12/08

VII – TRANSFERÊNCIAS (CONVÊNIOS E OUTROS TIPOS)

NÃO HOUE

VIII – CONTROLE DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS

NÃO HOUE

IX – PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

NÃO HOUE

X – GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

Desde a publicação da Resolução TSE 22.588, de 18/9//07, os cartões de crédito corporativos foram cancelados, o que tornou inaplicável a continuidade da sua utilização no âmbito da Justiça Eleitoral.

XI – RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

SOLICITAÇÃO DO CONTROLE INTERNO	PROVIDÊNCIAS TOMADAS
Comunicação Interna 5/08/COCIN – Recomenda a adoção do controle das despesas realizadas por dispensa de licitação pelo valor e por meio de suprimento de fundos	Foi adotado o controle recomendado, para efeito do cumprimento do limite global de R\$ 8.000,00

Cecilia



SOLICITAÇÃO DO CONTROLE INTERNO	PROVIDÊNCIAS TOMADAS
<p>CI 41-08/SEAUD/COCIN – Relatório de Auditoria realizada nos bens alocados no almoxarifado, contendo as seguintes sugestões:</p> <p>Sugestão 1: “Nos lançamentos de entrada de material, mais precisamente nas entregas parceladas, sugerimos que sejam informadas no sistema correlato, além da Nota de empenho, as notas fiscais referentes às efetivas entradas no almoxarifado.”</p> <p>Sugestão 2: “Considerando o incontestável volume de bens e valores movimentados/estocados pela Seção de Almoxarifado, sugerimos a instalação de pelo menos mais uma câmara de vídeo, preferencialmente na parte interna do galpão.”</p> <p>Sugestão 3: “Visando a dar publicidade aos gastos públicos, sugerimos a divulgação, na página da Intranet deste Regional, do consumo mensal das unidades pertencentes a este Tribunal.”</p>	<p>Encaminhada a Informação 20-09/SEALM à Coordenadoria de Controle Interno, contendo a manifestação da Seção de Gestão de Almoxarifado sobre o assunto, nos seguintes termos.</p> <p>Sugestão 1: “Isto já ocorre desde a implantação do ASI. Cada lançamento no sistema registra a nota fiscal do respectivo material. “</p> <p>Sugestão 2: Assim se manifestou a Seção de Segurança e Transporte (SESET): “Considero prudente a solicitação, no entanto, ineficaz. (...) Atualmente, temos uma câmara instalada na entrada principal do Almoxarifado. Na porta secundária, que suponho só ser aberta para carga e descarga de material, não há câmara. No entanto, como sua utilização é precedida de abertura, presume-se que quando aberta haja algum dos componentes do setor no local. Além disso, temos mais um cabo de câmara no local, que é utilizado quando há ocorrência, onde plugamos uma câmara secreta. Isso já aconteceu em 2003 e pegamos o usurpador. De lá pra cá não houve mais ocorrências.”</p> <p>Sugestão 3: “O sistema ASI possibilita a emissão do relatório sugerido. A partir de setembro 2009, conforme entendimento com a STI/COSIS/SETEC, será divulgado até o 5º dia útil de cada mês o relatório em tela.”</p>
<p>Informação 15-08/SEAUD/COCIN – Análise dos pagamentos referentes ao serviço de reprografia.</p> <p>Sugestão: Efetivar a aplicação do item 5.2 do orçamento da Jomak (transcrito abaixo), quando do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato:</p> <p>(...)</p> <p>“5.2 O preço da cópia/impressão que exceder à franquia deverá ser limitado em até 80% (oitenta por cento) do preço da cópia na franquia.”</p>	<p>O Contrato com a empresa Jomak encerrar-se-á em 10/11/09 e não será renovado. No Termo de Referência da nova licitação, consta que as cópias adicionais à franquia terão valor correspondente a 80% do consignado às cópias franqueadas.</p>

Dezena



SOLICITAÇÃO DO CONTROLE INTERNO	PROVIDÊNCIAS TOMADAS
<p>Informação 16-08/SEAUD/COCIN – Análise dos pagamentos referentes a material de consumo, nos seguintes termos:</p> <p>“Tomamos conhecimento, via reclamação oral de servidores, de que alguns materiais, como canetas esferográficas, adquiridos para as eleições não funcionavam de maneira satisfatória. Por isso, recomendamos que o setor responsável do Tribunal envide esforços no sentido de que a formalização do aceite de material, desde que a natureza do objeto permita, seja precedida de verificação de qualidade, com amostragem mínima de 10% (dez por cento) para os itens de uso ordinário e de 5% (cinco por cento) para aqueles destinados à realização das eleições, conforme preceitua o item 3.3.4 da Instrução Administrativa nº 02/2001.”</p>	<p>Encaminhadas Comunicação Interna 28-09 e Informação 3-09/SAO/COMAP/SEALM prestando os esclarecimentos necessários no que se refere especificamente à recomendação da Unidade de Controle Interno, com o seguinte teor:</p> <p>“Diante das recomendações da COCIN (item IV, Inf. 16-08), informamos que a SEALM tem como um dos nortes de suas ações a Instrução administrativa 2/01. Cujas leituras, aliás, recomendamos aos usuários frequentemente.</p> <p>O material “caneta esferográfica azul-marca SLIM”, fabricado na China e adquirido via Pregão Eletrônico 09-08, só foi entregue no início de agosto/08, faltando menos de um mês para o início da distribuição de material para eleições, o que já tornava temerosa qualquer tentativa de substituição. Não obstante, testes foram efetuados, conforme os preceitos do supracitado documento normativo, e o material foi tecnicamente aprovado, mas com uma ressalva: para funcionar bem as canetas não deveriam ser apoiadas diretamente sobre superfície muito rígida. Sobre uma folha de papel as canetas poderiam falhar; sobre três folhas, tornavam-se eficientes. Esta peculiaridade, inclusive, foi por diversas vezes repassada aos usuários. Como o material fora adquirido para as eleições e para uso corrente, ao longo do tempo material foi colecionando reclamações dos usuários e tornou-se o mais frequente alvo de reclamações no ano de 2008.</p> <p>Diante dos fatos e do aqui exposto, a seção buscará, dentro do aperfeiçoamento constante das especificações, conceder especial atenção ao material em epígrafe, a fim de evitar o recebimento de produtos deficientes e, portanto, incompatíveis com a qualidade do trabalho emanado desta Corte.”</p>

Quem



XII – DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

SOLICITAÇÃO DO TCU	PROVIDÊNCIAS TOMADAS
<p>Ofício 14-2008/SECEX/SE – Solicita Apuração de irregularidades quanto a servidor afastado por motivo de licença – ausência de perícia médica.</p>	<p>Encaminhado Ofício 62-08/SGP, de 31.01.08, prestando os seguintes esclarecimentos relativos à licença-médica do servidor:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Dispõe a Lei 8.112/90, art. 203. <i>Para licença até 30 (trinta) dias, a inspeção será feita por médico do setor de assistência do órgão de pessoal e, se por prazo superior, por junta médica oficial.</i> § 3º - o atestado somente produzirá efeitos depois de homologado pelo setor médico do respectivo órgão ou entidade, ou pelas autoridades ou pessoas de que tratam os parágrafos do art. 230. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97).§ 4º. O servidor que durante o mesmo exercício atingir o limite de trinta dias de licença para tratamento de saúde, consecutivos ou não, para a concessão de nova licença, independente do prazo de duração, será submetido a inspeção por junta médica oficial.2. O servidor encontrava-se de licença médica desde 25/09/2006, e, portanto, deveria ser submetido a Junta Médica Oficial.3. O TRE/SE, em seu quadro de servidores, dispõe de dois analistas judiciários, especialidade médico e uma delas encontrava-se de férias em 24/10/07, retornando às suas atividades laborais em 12/11/07, não sendo possível compor a Junta Médica de imediato como em todos os outros afastamentos do servidor em questão (total de oito perícias desde o dia 25/09/06).4. Informa-se ainda que o quadro clínico do servidor exigia a presença de psiquiatra, que, para compor Junta Médica Oficial também deve ser médico de órgão público, havendo grande dificuldade de se conseguir profissional nesta especialidade.5. Por último, relata-se que a Junta para inspeção do referido servidor foi realizada em 19/11/07 sendo convocado para nova inspeção por junta médica com psiquiatra em 08.01.08. Tendo sido julgado apto, retornou ao exercício de suas atividades laborais em 22.01.08.

Orcau



SOLICITAÇÃO DO TCU	PROVIDÊNCIAS TOMADAS
<p>Ofício 943/08/TCU/SECEX/SE – Adoção de medidas previstas nos itens 1.8.1 a 1.8.4 do Acórdão 2808/08- 1ª Câmara:</p> <p>“1.7. Determinações: 1.8. ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe que: 1.8.1. observe, quando do julgamento das propostas em processos licitatórios, o atendimento pelos interessados das exigências constantes dos atos convocatórios, de forma a evitar a ocorrência dos fatos observados no Pregão n. 43/2006, quando foi aceita proposta de licitante que não constava da planilha orçamentária a indicação dos valores de materiais, mão-de-obra, encargos sociais, ferramentas e equipamentos e BDI, conforme exigido no item 6.3.2.1.2 do Edital; 1.8.2. adote as providências necessárias com intuito de melhorar o controle exercido pela Secretaria de Gestão de Pessoas no que diz respeito a serviços extraordinários; 1.8.3. estabeleça um número máximo de servidores convocados para plantão durante o período eleitoral, devendo, caso necessite convocar um número maior para a realização de outras atividades, discriminar de forma detalhada e individual os trabalhos a serem desenvolvidos; 1.8.4. faça constar em normativo a obrigatoriedade de as unidades, quando indicarem os servidores que trabalharão no período de recesso, discriminarem as atividades a serem desenvolvidas individualmente por servidor.”</p>	<p>Item 1.8.1 do Acórdão 2.808/08 – 1ª Câmara - A Secretaria de Administração e Orçamento adotou as seguintes providências (Informação 19-09/SELIC):</p> <p>“Por se tratar de critério indispensável ao julgamento das propostas, a exigência da Planilha de orçamento Analítico foi reavaliada para racionalizar a apresentação das propostas nas licitações de obras e /ou serviços de engenharia, procedendo-se ao seu desmembramento, conforme vem sendo adotado em nossos Editais, desde maio de 2007 (...)</p> <p>.....</p> <p>Ante o exposto, informamos que houve alteração quanto à fase de exigência da planilha citada, passando a ser exigida apenas do licitante vencedor, que deverá cumprir até a data de assinatura do respectivo contrato. Frise-se que tal medida vem sendo adotada desde maio de 2007 e efetivamente cumprida pelo licitantes vencedores, consolidando-se como procedimento mais racional e eficaz nos procedimentos licitatórios pertinentes.”</p> <p>Item 1.8.2 do Acórdão 2.808/08 – 1ª Câmara - A Secretaria de Gestão de Pessoas implementou medidas de monitoramento, controle e revisão das horas extras prestadas.</p> <p>Itens 1.8.3 e 1.8.4 do Acórdão 2.808/08 – 1ª Câmara - A Secretaria de Gestão de Pessoas cumpriu as medidas determinadas quando da regulamentação da Portaria 557, de 25/11/09, que estabelece orientações sobre o Recesso Judiciário, mais especificamente no artigo 1º, § 2º.</p>

Recebu

**XIII – ENCAMINHAMENTO AO CONTROLE INTERNO DE DADOS SOBRE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO**

Os atos de admissão, aposentadoria e pensão foram cadastrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões e informados, por meio do próprio sistema, ao Controle Interno deste Tribunal para emissão de parecer acerca da regularidade dos mesmos. Os atos de desligamento também foram cadastrados no mesmo sistema mas, neste caso, os dados são disponibilizados diretamente para o Tribunal de Contas da União. A seguir, a discriminação dos atos informados:

ADMISSÃO		
Airton Alves de Medeiros Junior	Ato 31, de 28/8/08, publicado no DOU, Seção 2, em 29/8/08	Registro: 2-0781504-01-2008-000008-8
Amanda Souto Casado Fortunato	Ato 56, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000007-2
Ana Karla Bispo Carvalho	Ato 60, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000017-0
Anderson Luiz Oliveira Franca	Ato 49, de 6/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 10/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000025-0
Antônio Sérgio Santos de Andrade	Ato 61, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000018-8
Carla Gardênia Santos Leite Costa	Ato 51, de 6/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 10/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000022-6
Cesar Felipe Gonçalves da Silva	Ato 31, de 28/8/08, publicado no DOU, Seção 2, em 29/8/08	Registro: 2-0781504-01-2008-000007-0
Christiane Cavalcanti de Mello	Ato 48, de 6/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 10/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000028-5
Diego Medeiros Vilar Oliveira	Ato 50, de 6/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 10/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000026-9
Eduardo Pereira Júnior	Ato 52, de 6/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 10/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000023-4
Fabiana de Oliveira Souza Mello	Ato 63, de 17/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 18/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000019-6
Flávio Nascimento de Sena e Silva	Ato 51, de 6/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 10/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000021-8
Genilson dos Santos	Ato 29, de 28/8/08, publicado no DOU, Seção 2, em 29/8/08	Registro: 2-0781504-01-2008-000002-9
Geraldo Antônio de Oliveira	Ato 33, de 28/8/08, publicado no DOU, Seção 2, em 29/8/08	Registro: 2-0781504-01-2008-000003-7
Gilmara Espírito Santo Carvalho	Ato 54, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000001-3
Gustavo de Souza Lima	Ato 59, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000016-1
Gustavo Webster Teixeira Rodrigues de Menezes	Ato 54, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000004-8

U
m
e
r
o



ADMISSÃO		
Hélcio José Vieira de Melo Mota	Ato 47, de 6/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 10/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000027-7
Isaac de Medeiros Santos	Ato 56, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000006-4
Isabella Melo Aguiar	Ato 43, de 6/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 10/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000029-3
Jackson Alcântara de Oliveira	Ato 56, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000014-5
Jaime dos Santos Gois	Ato 56, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000010-2
João Ferreira da Silva	Ato 56, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000011-0
Joselito de Sousa Farias	Ato 54, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000003-0
Lázaro Carvalho do Nascimento	Ato 56, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000020-0
Luiz Andrade da Cruz Junior	Ato 45, de 6/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 10/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000032-3
Luiz Ricardo Belém Santos	Ato 49, de 6/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 10/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000024-2
Márcio Vinicius Limeira Nascimento	Ato 29, de 28/8/08, publicado no DOU, Seção 2, em 29/8/08	Registro: 2-078150-4-01-2008-000010-0
Marcos Vinicius Linhares Constantino da Silva	Ato 46, de 6/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 10/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000034-0
Marcos Vinicius Santos Muniz Prado	Ato 30, de 28/8/08, publicado no DOU, Seção 2, em 29/8/08	Registro: 2-078150-4-01-2008-000001-0
Maria Adriana Dauto Brito Tenório de Oliveira	Ato 44, de 6/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 10/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000033-1
Maria Lucia da Mata Maia	Ato 31, de 28/8/08, publicado no DOU, Seção 2, em 29/8/08	Registro: 2-078150-4-01-2008-000005-3
Maria Teresa da Costa Pedrosa	Ato 43, de 6/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 10/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000030-7
Mariana Dattoli Gouveia Santos	Ato 43, de 6/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 10/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000031-5
Mayron Leôncio de Sousa e Silva	Ato 56, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000009-9
Patrício Andrade de Menezes	Ato 56, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000008-0
Paulo César Souza Cavalcanti	Ato 55, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000005-6
Paulo Sérgio Ferreira do Nascimento	Ato 56, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000013-7
Renilda Maria Santos Lopes	Ato 65, de 19/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 20/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000035-8
Roberto Lessa Braga	Ato 32, de 28/8/08, publicado no DOU, Seção 2, em 29/8/08	Registro: 2-078150-4-01-2008-000009-6



ADMISSÃO		
Rodrigo Cardoso Mesquita	Ato 35, de 28/8/08, publicado no DOU, Seção 2, em 29/8/08	Registro: 2-0781504-01-2008-00004-5
Sandra Regina Dantas Feitosa	Ato 56, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000012-9
Thiago Augusto Oliveira Santos	Ato 54, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000002-1
Wagner Ferreira Toledo	Ato 31, de 28/8/08, publicado no DOU, Seção 2, em 29/8/08	Registro: 2-0781504-01-2008-00006-1
Wilson Fernandes de Souza Filho	Ato 57, de 10/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 12/11/08	Registro: 2-078150-4-01-2009-000015-3

DESLIGAMENTO		
NOME	ATO	PROCESSO TCU
Aline Abreu Serra da Rocha	Ato 28, de 7/8/08, publicado no DOU, Seção 2, em 11/8/08	Registro: 2-0781504-02-2008-000001-0
Glória Grazielle da Costa*	Ato 69, de 26/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 27/11/08	-
Marcus Vinicius Linhares Constantino da Silva	Ato 66, de 21/11/08, publicado no DOU, Seção 2, em 24/11/08	Registro: 2-078150-4-02-2009-000001-2

* Não houve o registro do desligamento no TCU em razão de ação judicial ainda em tramitação.

PENSÃO CIVIL			
NOME DO INSTITUIDOR	PENSIONISTAS	PORTARIA	PROCESSO TCU
Não ocorreram concessões de pensão civil durante o exercício de 2008			

APOSENTADORIA		
NOME	PORTARIA	PROCESSO TCU
José Augusto Dantas de Oliveira	Portaria 396, de 25/8/08, publicada no DOU, Seção 2, em 26/8/08	Registro: 2-0781504-04-2008-000001-8

REVISÃO DE APOSENTADORIA		
NOME	PORTARIA	PROCESSO TCU
Não ocorreram revisões de aposentadoria durante o exercício de 2008		

Carreira



XIV – DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO E DE ENVIO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NOS TERMOS DA IN TCU 56/2007.

Motivo da dispensa ou do arquivamento	Nº do Processo (adm. ou TCE)	Responsável		Cargo ou função do responsável	Valor do débito atualizado até 31/12 (R\$)	Data da ocorrência	Ocorrência (irregularidades detectadas)	Principais medidas administrativas adotadas
		GPF/ CNPJ	Nome					
1 – Recolhimento do débito no âmbito interno	Prestação de Contas 380 – PT (Exercício financeiro 2003)	466310707-91 e 067398655-15	Severino de Oliveira Bispo e Usiel Rios	Presidente e Secretário de Finanças do Partido dos Trabalhadores (PT)	8.932,90	19/2/2008	Desaprovação das Contas do Partido – Recursos do Fundo Partidário aplicados irregularmente	Arquivamento do Processo após a comprovação do pagamento de multa
1 – Recolhimento do débito no âmbito interno	Sindicância TRE/SE 2/2008	275722345-34	Albérico Barreto Fonseca	Chefe de Cartório da 6ª Zona Eleitoral	55,30	9/10/2008	Apurar a não localização de três livros pertencentes ao patrimônio do TRE/SE sob a responsabilidade do servidor.	Arquivamento do Processo após o servidor ter realizado a reposição do valor dos livros

XV – MANIFESTAÇÃO ACERCA DA OBSERVÂNCIA ÀS NORMAS LEGAIS PELOS PARTIDOS POLÍTICOS NA APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os Partidos Políticos devem apresentar a prestação de contas anual até o dia 30 de abril do ano subsequente ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Desta forma, as Direções Estaduais e Municipais prestam contas ao Tribunal Regional Eleitoral e Juizes Eleitorais, respectivamente.

Em relação às prestações de contas das Direções Regionais - Exercício de 2008, cabe ressaltar que ainda não houve julgamento dos processos de prestações de contas. Por oportuno, identificamos os partidos e os seus responsáveis, assim como informamos os recursos recebidos a título de Fundo Partidário, no referido exercício, conforme demonstrativo abaixo:

PARTIDO	PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2008	RESPONSÁVEL (PRESIDENTE)	FUNDO PARTIDÁRIO INFORMADO PELO PARTIDO (R\$)	FUNDO PARTIDÁRIO INFORMADO PELO TSE (R\$)
1. PSDB	Pcont. 809	Miriam da Silva Ribeiro	210.920,47	149.625,71
2. DEM	Pcont. 808	João Alves Filho	341.000,00	341.000,00
3. PTC	Pcont. 807	Vera Lúcia Sampaio Tourinho	52.000,00	52.000,00
4. PP	Pcont. 806	Venâncio Fonseca Filho	160.987,56	160.987,56
5. PT	Pcont. 810	Márcio Costa Macêdo	48.446,13	48.446,13
6. PMDB	Pcont. 813	Jackson Barreto de Lima	222.808,17	222.808,17
7. PRB	Pcont. 814	José Oliveira de Araújo Filho	2.000,00	2.000,00
8. PSB	Pcont. 816	Antônio Carlos Valadares Filho	78.873,37	78.873,37
9. PSC	Pcont. 818	Eduardo Alves do Amorim	29.000,00	29.000,00
10. PRP	Pcont. 805	Maria Alves de Vasconcelos	0,00	0,00
11. PC do B	Pcont. 811	Hallison de Sousa Silva	0,00	0,00
12. PV	Pcont. 812	Carlos Pina de Assis Junior	0,00	0,00
13. PMN	Pcont. 815	José Carlos Almeida	0,00	0,00
14. PDT	Pcont. 817	Ulisses de Andrade Filho	0,00	0,00

Cecilia



PARTIDO	PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2008	RESPONSÁVEL (PRESIDENTE)	FUNDO PARTIDÁRIO INFORMADO PELO PARTIDO (R\$)	FUNDO PARTIDÁRIO INFORMADO PELO TSE (R\$)
15. PSL	Pcont. 819	José Milton Alves dos Santos	0,00	0,00
16. PR	Pcont. 820	José Edivan do Amorim	0,00	0,00
17. PCO	Pcont. 824(*)	Márcio Fernandes Pereira	-	-
18. PCB	Pcont. 821(*)	João Bosco Santos	-	0,00
19. PHS	Pcont. 823	Arivaldo José dos Santos	0,00	0,00
20. PPS	Pcont. 822	Venúzia Rodrigues Franco	0,00	0,00
21. PT do B	Pcont. 827(*)	Clóvis Silveira	-	0,00
22. PRTB	Pcont. 825(*)	Francis Diogo da Graça Santos	-	0,00
23. PSDC	Pcont. 826	Adelson Alves de Almeida	0,00	0,00
24. PSOL	Pcont. 830 (*)	Heitor Pereira Alves Filho	-	0,00
25. PTB	Pcont. 828(*)	José Gilton Pinto Garcia	-	0,00
26. PTN	Pcont. 829(*)	Aloir Oliveira da Silva Filho	-	0,00

(*) Diretórios regionais que até agosto/09 não tinham apresentado as prestações de contas.

Conforme se observa, apenas nove diretórios regionais auferiram recursos do Fundo Partidário, sendo que os processos de prestações de contas ainda estão tramitando neste Tribunal.

Vale destacar no que se refere às cotas de Fundo Partidário do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a divergência constatada entre o valor informado pelo Tribunal Superior Eleitoral (R\$ 149.625,71) e o valor registrado na Prestação de Contas do Diretório Regional (R\$ 210.920,47). Neste caso, em momento oportuno, a Unidade Técnica responsável pelo exame das contas providenciará a realização de diligência a fim de que o partido envolvido preste os devidos esclarecimentos.

Quanto aos partidos que não apresentaram a prestação de contas, descumprindo o art. 32, caput, da Lei 9.096/95 e o art. 3º, inciso II, da Resolução 21.841/04, as respectivas representações nacionais foram informadas da obrigatoriedade da suspensão do repasse de novas cotas do Fundo Partidário, conforme estabelece o art. 37, caput, da Lei 9.096/95, alterado pela Lei 9.693, de 27 de julho de 1998. Além disso, diante da omissão do dever de prestar contas, os responsáveis pelos partidos foram notificados com a finalidade de apresentá-las, sob pena de tê-las julgadas como não prestadas.

RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO DISTRIBUÍDOS A DIREÇÃO MUNICIPAL

No exercício de 2008, apenas o PMDB distribuiu recursos oriundos do Fundo Partidário a Diretórios Municipais, de acordo com o seguinte quadro:

Zona Eleitoral	Direção Municipal	PRESTAÇÃO DE CONTAS	RESPONSÁVEL (PRESIDENTE)	FUNDO PARTIDÁRIO INFORMADO PELO PARTIDO (R\$)	FUNDO PARTIDÁRIO INFORMADO PELO TSE (R\$)
ZE 16º	N. Sra. das Dores (*)	Pcont.49/2009.	Manoel Messias de Almeida	-	R\$ 7.000,00
ZE 16º	Siriri (*)	Pcont.56/2009.	José Evandro Moura	-	R\$ 1.500,00
ZE 20º	Santa Rosa de Lima	Pcont.72/2009.	José Vilson dos Santos	0,00	R\$ 4.000,00

(*) Diretórios municipais que até agosto/09 não tinham apresentado as prestações de contas.

Com relação ao Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do Município de Santa Rosa de Lima, constatou-se divergência, no que se refere às cotas de Fundo Partidário, entre o informado pelo Diretório Regional



do PMDB na Prestação de Contas apresentada a este Regional (Pcontas n. 813/2009 - R\$ 4.000,00) e o que consta na Prestação de Contas do Diretório Municipal (R\$ 0,00). Neste caso, em momento oportuno, o Cartório Eleitoral da 20ª Zona providenciará a realização de diligência a fim de que o partido envolvido preste os devidos esclarecimentos.

Quanto aos Diretórios Municipais do PMDB situados nos Municípios de Nossa Senhora das Dores e Siriri, que não apresentaram a prestação de contas, descumprindo o art. 32, caput, da Lei 9.096/95 e o art. 3º, inciso II, da Resolução 21.841/04, foram encaminhados, pelo respectivo cartório eleitoral, ofícios aos Diretórios Estadual e Nacional determinado a suspensão de repasses de novas cotas do Fundo Partidário, conforme estabelece o art. 37, caput, da Lei 9.096/95, alterado pela Lei 9.693, de 27 de julho de 1998. Além disso, diante da omissão do dever de prestar contas, os responsáveis pelos partidos foram notificados com a finalidade de apresentá-las, sob pena de tê-las julgadas como não prestadas e de terem de ressarcir ao erário o valor correspondente ao fundo partidário recebido.

PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS JULGADOS EM 2008

Quanto aos processos julgados em 2008, informamos a situação das Prestações de Contas:

PARTIDO	EXERCÍCIO	PROCESSO	FUNDO PARTIDÁRIO	JULGAMENTO
PGT	2003	Pcont. 403	0,00	APROVADAS
PTN	2005	Pcont. 459	0,00	APROVADAS COM RESSALVAS
PSC	2005	Pcont. 447	0,00	APROVADAS
PDT	2005	Pcont. 438	0,00	APROVADAS
PDT	2006	Pcont. 726	0,00	APROVADAS
PL	2004	Pcont. 409	36.000,00	APROVADAS
PHS	2006	Pcont. 759	0,00	DESAPROVADAS
PSL	2005	Pcont. 445	0,00	DESAPROVADAS
PSL	2006	Pcont. 763	0,00	DESAPROVADAS
PSDC	2006	Pcont. 746	0,00	DESAPROVADAS
PSDB	2002	Pcont. 336	246.463,62	DESAPROVADAS (*)
PV	2005	Pcont. 442	0,00	DESAPROVADAS
PRP	2005	Pcont. 454	0,00	DESAPROVADAS
PSOL	2005	Pcont. 460	0,00	DESAPROVADAS
PCB	2006	Pcont. 762	0,00	NÃO PRESTADAS
PRP	2006	Pcont. 756	0,00	NÃO PRESTADAS
PSTU	2005	Pcont. 457	0,00	NÃO PRESTADAS
PCO	2006	Pcont. 760	0,00	NÃO PRESTADAS
PAN	2006	Pcont. 752	0,00	NÃO PRESTADAS
PRTB	2006	Pcont. 754	0,00	NÃO PRESTADAS
PV	2006	Pcont. 757	0,00	NÃO PRESTADAS
PSTU	2006	Pcont. 764	0,00	NÃO PRESTADAS
PTN	2006	Pcont. 753	0,00	NÃO PRESTADAS

Obs.: (*) Processo n. 336 – TCE não instaurada em razão de não ter ocorrido o trânsito em julgado da decisão (ago/09).

Handwritten signature



TOMADAS DE CONTAS ESPECIAL

No que tange às Tomadas de Contas instauradas no Exercício de 2008, relativas às contas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), exercícios 2002 e 2004, informamos que:

Tomada de Contas Especial I

- Número do Processo no TRE/SE: 01/08
- Número do Processo no TCU: 014.719/2008-8
- Fato que a originou: A desaprovação das contas do Diretório Regional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no processo de Prestação de Contas 342 (Exercício 2002), acusado de não comprovação da aplicação dos recursos do Fundo Partidário ou de sua aplicação irregular.
- Data de Instauração: 29/01/08
- Responsáveis indicados: Artur Sérgio de Almeida Reis (Presidente do Partido de 01/01/2002 a 13/04/2002), Jerônimo de Oliveira Reis (Presidente 14/04/2002 a 31/12/2002) e José Willame de Fraga (Tesoureiro do Partido de 01/01/2002 a 19/02/2002 e de 14/04/2002 a 31/12/2002).
- Valores envolvidos: R\$ 61.901,03

Tomada de Contas Especial II

- Número do Processo no TRE/SE: 02/08
- Número do Processo no TCU: 033.189/2008-2
- Fato que a originou: A desaprovação das contas do Diretório Regional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no processo de Prestação de Contas 411 (Exercício 2004), acusado de não comprovação da aplicação dos recursos do Fundo Partidário ou de sua aplicação irregular.
- Data de Instauração: 08/08/08
- Responsáveis indicados: Jackson Barreto de Lima (Presidente) e Márcio Martins Silveira (Tesoureiro)
- Valores envolvidos: R\$ 41.623,01

Carvalho



XVI – QUANTIDADE PERCENTUAL DAS FUNÇÕES COMISSONADAS E DOS CARGOS DE COMISSÃO OCUPADAS POR SERVIDORES INTEGRANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS DA UNIÃO:

CARGOS EM COMISSÃO – PERCENTUAL DE SERVIDORES OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS

CARGOS EM COMISSÃO	NÍVEL	TOTAL	QUANTIDADE DE OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS												
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Diretor-Geral	CJ-4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Secretário	CJ-3	4	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Coordenador/Assessor	CJ-2	15	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
Assessor de Planejamento e Gestão/Chefe de Gabinete	CJ-1	8	5	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
TOTAL GERAL		28	21	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
% OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS		100%	75%	71,43%	71,43%	71,43%	71,43%	71,43%	71,43%	71,43%	71,43%	71,43%	71,43%	71,43%	71,43%

FUNÇÕES COMISSONADAS – PERCENTUAL DE SERVIDORES OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS

FUNÇÕES COMISSONADAS	NÍVEL	TOTAL	QUANTIDADE DE OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS												
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Chefe de Seção/Assistente VI	FC-6	42	38	38	38	38	38	38	38	39	38	37	39	39	39
Oficial de Gabinete/Assistente V	FC-5	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
Assistente IV	FC-4	25	21	20	20	20	20	20	20	20	20	20	18	19	19
Assistente III	FC-3	7	7	6	6	7	7	7	7	6	6	6	6	6	6
Assistente II	FC-2	7	3	4	4	4	4	4	4	3	3	3	3	3	3
Assistente I	FC-1	8	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	5
TOTAL GERAL		96	82	81	81	82	82	82	82	82	80	79	79	80	79
% OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS		100,00%	85,42%	84,37%	84,37%	85,42%	85,42%	85,42%	85,42%	85,42%	83,33%	82,29%	82,29%	83,33%	82,29%

FUNÇÕES COMISSONADAS – CHEFES DE CARTÓRIO

FUNÇÕES COMISSONADAS	NÍVEL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Chefe de Cartório da Capital	FC-4	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Chefe de Cartório do Interior	FC-1	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
TOTAL GERAL		35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35

Obs: Todas as funções comissionadas relativas às chefias de cartórios eleitorais são ocupadas por servidores das carreiras judiciárias.

Receber

**XVII – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO:****INDICADORES DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO**

INDICES	FÓRMULA DE CÁLCULO	MEMÓRIA DE CÁLCULO (1.000)	%	CONTA SIAFI
Índice de Utilização Orçamentária	$\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Orçamento Autorizado}}$	$= \frac{56.454,97}{58.518,07}$	96,47	
Índice de utilização Orçamentária com Imobilizado	$\frac{\text{Despesa executada} \times 100}{\text{Dotação para investimentos}}$	$= \frac{4.145,12}{5.200,00}$	79,71	1.4.2.0.0.00
Índice de Utilização Orçamentária c/ Pessoal	$\frac{\text{Despesa executada}}{\text{Dotação para pessoal}}$	$= \frac{45.529,49}{45.587,77}$	99,87	
Índice de despesa com Pessoal e Encargos – Ativos	$\frac{\text{Despesa com Pessoal} \times 100}{\text{Despesa Empenhada}}$	$= \frac{38.042,74}{56.454,97}$	67,39	3.3.3.90.01
Índice Utilização Orçamentária – Outras Desp. Correntes	$\frac{\text{Despesa Executada} \times 100}{\text{Dotação Outras desp. Correntes}}$	$= \frac{6.780,36}{7.770,30}$	87,71	3.3.3.90.01
Índice de Outras Despesas Correntes	$\frac{\text{Outras Despesas Correntes} \times 100}{\text{Despesa Empenhada}}$	$= \frac{6.780,36}{56.454,97}$	12,01	
Índice de Despesa com Investimento	$\frac{\text{Despesa c/ Investimento} \times 100}{\text{Despesa Empenhada}}$	$= \frac{4.145,12}{56.454,97}$	7,34	3.4.4.90.51
Índice de Inscrição em Restos a Pagar do Exercício	$\frac{\text{RP inscritos} \times 100}{\text{Despesa Empenhada}}$	$= \frac{4.075,90}{56.454,97}$	7,22	1.9.2.4.1.05.05
Índice de Restos a Pagar Inscritos e Pagos	$\frac{\text{Saldo de Restos a Pagar Pagos} \times 100}{\text{Saldo de Restos a Pagar Inscritos}}$	$= \frac{1.339,87}{1.435,46}$	93,34	

Fonte: SIAFI

Responsável pelo Cálculo: Kátia de Barros Bomfim Santana e Martha Valente



INTERPRETAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Índice de Utilização Orçamentária – Demonstra quanto da despesa fixada (orçamento autorizado) foi realizada (despesa executada). Quanto mais próximo de 100% mais eficiente/eficaz a execução.

O índice de 96,47% de execução revela um alto nível de eficácia. A análise da despesa realizada revela que o percentual de 3,53% não executado se traduz em economia orçamentária.

Índice de Despesas Diretas com Imobilizado - Demonstra a participação do montante executado com a aquisição de bens móveis e imóveis (despesa de capital) com relação à dotação recebida para o grupo Investimento.

O percentual de 79,71% revela que não houve uma boa execução, devido ao fracasso na licitação para a construção do cartório no município de Cedro de São João e não realização das licitações para as construções dos cartórios de Nossa Senhora da Glória e Umbaúba.

As justificativas para a não execução das ações citadas acima encontram-se no corpo deste relatório, no item OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS.

Índice com Pessoal Ativo e Encargos – Demonstra quanto do total da despesa executada foi destinado ao pagamento de pessoal ativo e obrigações trabalhistas.

O percentual de 67,39% da despesa empenhada com pessoal e encargos revela que o maior dispêndio do órgão é com pessoal ativo, guardando estreita correspondência com a atividade do órgão, qual seja a prestação de serviço.

Índice de Outras Despesas Correntes - Representa quanto da despesa empenhada destinou-se à aquisição de material de consumo e serviços prestados (por pessoa física sem vínculo empregatício e por pessoa jurídica).

O índice de 12,01% reflete o gasto com a manutenção da estrutura do Tribunal em relação ao valor total da despesa empenhada com o custeio. Ressalta-se que em período eleitoral há acréscimo neste índice por conta de aquisições e serviços contratados para atender à demanda. Os adicionais executados em Pleitos Eleitorais representam 25% do total desse índice.

Índice de Despesa com Investimento – Demonstra quanto do total da despesa realizada foi ocasionado com a construção/aquisição de bens móveis e imóveis.

O índice de 7,34% revela quanto da despesa executada foi destinada à construção/aquisição de bens móveis e imóveis.

Do total da despesa executada no grupo Investimento, 83,74% destinaram-se às construções e aquisição de imóveis.

Índice de Inscrição em Restos a Pagar – Revela quanto da despesa empenhada não foi paga no exercício financeiro de sua competência.

Para efeito desse índice, não há distinção entre restos a pagar processados e não processados. O percentual de 7,22% é relativamente alto em relação a série histórica, devido ao valor inscrito e destinado à construção dos Cartórios e Anexo do Tribunal. Do valor de R\$ 4.068.051,37 inscrito em restos a pagar não processados, R\$ 3.386.140,06 refere-se às obras citadas, restando R\$ 621.180,33 referente a fornecedores.

Handwritten signature



Índice de Restos a Pagar Inscritos e Pagos – Reflete quanto do valor de restos a pagar de 2007 foi pago no exercício financeiro de 2008.

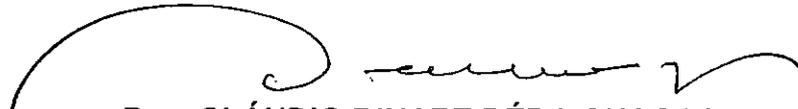
A análise deste índice revela que 93,34% dos impedimentos para quitação da obrigação foram resolvidos. A análise das despesas que compõem os restos a pagar irá revelar o motivo do não pagamento dos 6,66% restantes, visto que podem ter sido, inclusive, cancelados por não cumprimento das obrigações dos fornecedores

Handwritten signature or mark on the right margin.



Em conformidade com as Decisões Normativas 93/08 e 97/08 do Tribunal de Contas da União, encaminho o presente relatório para a análise da Unidade de Controle Interno deste Tribunal e do Tribunal de Contas da União.

Aracaju, 28 de setembro de 2009.



Des. CLÁUDIO DINART DÉDA CHAGAS
Presidente

Anexos: Declaração do Contador responsável pela UJ



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL

ANEXO ÚNICO

EXERCÍCIO 2008



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Declaração do Contador Responsável

Plena

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), referente ao exercício de 2008, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Aracaju, 12 de fevereiro de 2009.


MARTHA MARIA DE PAULA VALENTE RODRIGUES
CRC:SE-8377/T-1 CE
Contador Responsável pelo TRE-SE